

A EUGENIA DE BOLSONARO: LEITURA BAKHTINIANA DE UM PROJETO DE HOLOCAUSTO À BRASILEIRA¹

Luciane de PAULA²
Ana Carolina Siani LOPES³

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão, fundamentado nos estudos bakhtinianos de linguagem, acerca do discurso eugenista como estratégia que compõe o projeto de Governo Bolsonarista. O objetivo é pensar sobre como o signo ideológico transita na vida por esferas distintas (no caso, a política e a midiática). A justificativa se volta à relevância social de se pensar, a partir de enunciados de gêneros variados, em movimento nas mídias, acerca da eugenia, elemento histórico, mobilizado como arma política pelo neonazifascismo que ecoa, ressoa e reverbera no Brasil contemporâneo pela valoração axiológica da “superioridade” e da “pureza”, aliado ao conservadorismo e ao falso-moralismo cristão no discurso bolsonarista. Os resultados revelam o avanço de valores intolerantes e de ódio que apontam para um retrocesso nacionalista ufanista que pode culminar num regime totalitário genocida (um holocausto à brasileira) no país.

Palavras-chave: Estudos Bakhtinianos. Dialogia. Eugenia. Bolsonarismo.

Bolsonaro's eugenics: bakhtinian reading of a brazilian holocaust project

Abstract

This article proposes a reflection, based on Bakhtinian language studies, about the eugenic discourse as a strategy that composes the Bolsonarist Government project. The objective is to think about how the ideological sign moves through different spheres of life (in this case, politics and the media). The justification turns to the social relevance

¹ A Live que deu origem a este texto, apresentada em 24/06/2020, pode ser acessada no Facebook do Leedim - <https://www.facebook.com/leedim.ufscar/>, bem como no canal do YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UChUWKJRSDk0TSdHrb5JtCMA>.

² Professora do curso de Letras, lotada no Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e d Educação - DELLE, da UNESP - Assis, credenciada como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP - Araraquara e do Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS, no qual se encontra como coordenadora desde 2017. E-mail: lucianedepaula1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1727-0376>.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPLL) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP / FCLAr), membro do Grupo de Estudos Discursivos (GED / UNESP / FCLAs) (CAPES / Processo FAPESP nº 2017/27061-0). E-mail: anasiani@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5379-9982>.

of thinking, based on statements of different genres, moving in the media, about eugenics, a historical element, mobilized as a political weapon by neo-fascism that echoes, resonates and reverberates in contemporary Brazil due to the axiological valuation of “Superiority” and “purity”, combined with conservatism and Christian false-moralism in Bolsonarist discourse. The results reveal the advance of intolerant and hateful values that point to a proud nationalist setback that can culminate in a genocidal totalitarian regime (a Brazilian holocaust) in the country.

Keywords: Bakhtinian studies. Dialogism. Eugenics. Bolsonarism.

Introdução: a estrutura do texto

Este artigo dialoga história, teoria e análise em sua escrita. A estrutura, por uma questão didática, está focada: 1) na situacionalidade histórica da eugenia e sua presença no Brasil; 2) na discussão sobre ato de linguagem e prática político-social como ressonância eugenista em enunciados bolsonaristas; 3) na reflexão acerca da presença de discursos supremacistas no Governo e sua política neonazifascista; 4) na necropolítica de manada (ou rebanho) em curso que pode (ou não), a depender do desenrolar dos acontecimentos (sempre responsivos), chegar a um holocausto à brasileira.

Calcadas teórica e metodologicamente na dialogia bakhtiniana (em especial nas concepções de signo ideológico e ato) e em estudiosos da eugenia, propomo-nos a pensar acerca da presença de ecos, ressonâncias e reverberações dessa perspectiva predominante no final do século XIX até a primeira metade do século XX em diversos lugares do mundo, hoje, no Brasil, em especial, nos discursos do Governo Bolsonaro.

Conforme os pressupostos bakhtinianos, as identidades são constituídas na alteridade (relação eu-outro), por meio de um jogo de forças centrípetas (centralizadoras e hegemônicas) e centrífugas (descentralizadoras e resistentes), marcado, na eugenia, pelo preconceito e por estereótipos (o estigma que recai sobre determinados grupos e a atribuição valorativa por sua descendência), o que as fundamenta no interior de uma coletividade, pela relação de e entre grupos e seus interesses.

A materialização da ideologia na linguagem constitui o signo (seja ele materializado pelo verbal, o vocal/sonoro ou o visual, seja pela potencialidade verbivocovisual da linguagem, de acordo com os estudos de Paula (2017), Paula e Serni (2017), Paula e Luciano (2020a, 2020b, 2020c). As designações (signos ideológicos, nas palavras dos estudiosos bakhtinianos) revelam a eugenia, a partir das valorações inculcadas na linguagem e a relação entre os grupos, uma vez que a hierarquia rebaixa

aqueles entendidos como “inferiores” e enaltece aqueles considerados “superiores” na estrutura social.

Tendo por base a premissa de que partimos acerca da política governamental de Bolsonaro, de que há elementos eugenistas que compõem suas práticas políticas, expressas em seus discursos, propomos, neste artigo, fazer uma reflexão acerca do fato de tomar um copo de leite, realizado pelo Presidente em 29 de maio de 2020 em sua *live*, pelo *Twitter*, em cotejo com outros pronunciamentos/declarações e demais atos de sua equipe governamental (como o “Selo não racista” criado e lançado por Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares e o discurso de posse do ex Secretário da Cultura, Roberto Alvim), tomado com um exemplo da eugenia por ele praticada como política pública de manada (o que se efetiva na pandemia da covid-19), num gesto simbólico aparentemente sutil e até sem sentido, mas revelador de sua necropolítica, pela identificação com grupos extremistas supremacistas neonazifascistas.

A situacionalidade dos ecos da eugenia no Brasil

Ainda que praticado ao longo da história da humanidade (Platão, por exemplo, falava em seus ensinamentos filosóficos sobre a melhoria do homem por sua herança genética), o termo eugenia foi criado em 1883, pelo cientista Francis Galton (primo de Darwin) e significa “bem nascido” (Galton, 1973). O eugenismo originou um modo de pensar que dominou os séculos XIX e XX. O objetivo científico consistia em melhorar a qualidade genética da população e, assim, construir o que entendiam os adeptos como uma sociedade superior biológica, social e economicamente. A eugenia é "o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente" (Goldim, 1998).

Um argumento expressivo dos eugenistas (como Mussolini e Hitler e em países como os Estados Unidos e o Brasil, por exemplo) é o de que as raças humanas consideradas superiores (a “ariana”/nórdica, entendida como “pura”) prevalecem no ambiente (são mais fortes e adaptáveis). Com base nessa crença, calcada por muito tempo na ciência (especialmente na biologia), em diversos regimes sócio, político, culturais, muitas pessoas consideradas “não dignas” de transmitir suas hereditariedades a seus descendentes foram submetidas à esterilização, lobotomia e/ou à morte – casos de pessoas com alguma má formação, doentes, negros, homossexuais, judeus etc.

O intuito dos estudos de Galton (1865) foram explicitados por ele, no texto “Hereditary Talent and Character” (Talento e Caráter hereditário⁴): “(...) as forças cegas da seleção natural, como agente propulsor do progresso, devem ser substituídas por uma seleção consciente (...), a fim de promover o progresso físico e moral no futuro” (1865, p. 157) e esse objetivo foi seguido por muito tempo, em muitos países e por muitas pessoas. No Brasil, a eugenia foi e ainda é estimulada, desde 1918, voltada à exclusão de migrantes nordestinos para o sudeste e imigrantes não brancos para o país.

A família Bolsonaro segue a teoria da eugenia e propõe práticas autoritárias e discriminatórias como política nacional desde antes de Jair Messias Bolsonaro ser eleito e assumir a presidência. Aliás, o discurso eugenista de higienização do país foi um dos argumentos constantes da estratégia política que o levou ao cargo máximo do Governo.

Segundo Pinheiro (2019), Carlos Bolsonaro defende que o Programa Bolsa-Família seja condicionado "às cirurgias de laqueadura e vasectomia para estancar a ferida econômica e ainda combater a miséria e a violência no Brasil", assim como seu pai, adepto de teses nazistas, do matar para melhorar a raça e a sociedade. Bolsonaro proferiu diversos discursos em defesa de um programa institucional de controle de natalidade, com foco nos menos privilegiados. De acordo com esse pensamento, o Presidente acredita conseguir reduzir e até mesmo erradicar a criminalidade e a miséria.

Cinco exemplos de discursos proferidos por Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados, em momentos e anos diferentes, revelam que, ao longo de sua história política, a proposta eugênica sempre esteve presente como fundamento do que Jair acredita ser uma política nacional eficaz, com base em uma higienização dos pobres que pode levar a genocídios, que podem chegar a um holocausto à brasileira, pois os assassinatos de pobres, negros, mulheres, indígenas, comunidade LGBTQIA+, entre outras minorias já têm ocorrido. Os exemplos citados (com destaques nossos), que têm inspirado ações públicas e privadas, coletivas e individuais, uma vez que a valorização eugenista proferida pelo, agora, Presidente, norteia seu projeto político desde sempre:

1. "*Devemos adotar uma rígida política de controle da natalidade. Não podemos mais fazer discursos demagógicos, apenas cobrando recursos e meios do governo para atender a esses miseráveis que proliferam cada vez mais por toda esta nação*" (1992);
2. "*Não adianta nem falar em educação porque a maioria do povo não está preparada para receber educação e não vai se educar. Só o controle da natalidade pode nos salvar do caos*" (2008);

⁴ Tradução nossa.

3. "*Defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espalhando neste país. Quem não tem condições de ter filhos não deve tê-los. É o que defendo, e não estou preocupado com votos para o futuro*" (2010);
4. "*Tem que dar meios para quem, lamentavelmente, é ignorante e não tem meios de controlar a sua prole. Porque nós aqui controlamos a nossa. O pessoal pobre não controla (a dele)*" (2013); e
5. "*Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo*" (2013).

Os exemplos selecionados demonstram, pela trajetória temporal, o quanto a questão do controle da natalidade da população mais vulnerável é um projeto político de Jair Bolsonaro. Mais que uma constante em seus pronunciamentos e declarações, a defesa desse procedimento reflete e refrata uma prática eugenista que, agora, com Bolsonaro na Presidência, concretiza-se pelos genocídios (dos indígenas e o alto número de feminicídios, por exemplo), pela dizimação da população negra e pobre (como, por exemplo, tem ocorrido com as práticas de Witzel nas comunidades, assim como com as milícias no Rio de Janeiro) e pela política de rebanho estimulada na pandemia da Covid-19 que, em nome da economia, empurra, sem saída (por falta de políticas públicas amplas, principalmente aos mais vulneráveis e às micro empresas), as pessoas para as ruas e, com isso, de certa forma, ao infectar o povo em grande escala, os mais adaptáveis geneticamente, como ele acredita ser (“com seu histórico de atleta”, loiro e de olhos claros, ou seja, com sua “superioridade ariana”), sobrevivam e a nação, social e economicamente, torne-se mais forte. Nesse sentido, como afirma Zuker (2020), há uma “projeção do corpo de Bolsonaro sobre o corpo da nação”.

De acordo com Pinheiro (2019), a eugenia é “(...) um populismo de direita-fascista (...), o pesadelo do novo século”. No Brasil, a política de Bolsonaro é a de melhoria econômica com pessoas consideradas geneticamente superiores, ao modo da "criação" com a dizimação de pobres, negros, índios e comunidade LGBTQIA+.

Bolsonaro também é criacionista, o que, de certa forma, é uma contradição em termos, pois a crença de que a criação do homem, da vida, da Terra e do Universo seja algo divino como rejeição ao cientificismo, especialmente às teorias evolucionistas de Darwin (o darwinismo) se opõe à ideia de hereditariedade genética evolutiva (natural e social), uma vez que a eugenia proposta por Galton se calca justamente em Darwin (tão rejeitado pelos criacionistas, como se diz o Presidente da República).

A política brasileira contemporânea está fundada, nesse Governo, em dois pilares aparentemente antagônicos: a eugenia (científica – ao menos de certa ciência, a evolucionista) e o criacionismo (religioso e anticientífico). Daí, as políticas públicas oscilarem entre a “seleção” dos “melhores” (entendidos como superiores), com extermínio dos demais, como propõe o ex Ministro da Educação, por exemplo, em suas políticas (ao afirmar em entrevista à *Jovem Pan* que “o Enem não foi feito para diminuir desigualdades, mas para selecionar os melhores”) e o próprio Presidente, ao se referir à pandemia da Covid-19, contra o isolamento, pois, para os mais fortes, como ele acredita ser (“com meu histórico de atleta”, conforme afirmou em um pronunciamento em rede nacional), a infecção pelo coronavírus não passaria de “uma gripezinha”, “um resfriadinho”; e uma base religiosa (especialmente evangélica), que rejeita, menospreza e se impõe contra a ciência, como ocorre nos projetos liderados pela Ministra da Mulher e da Família e pela intenção anunciada pelo Presidente de indicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) um juiz evangélico e ainda instigar a população a se manifestar pelo fechamento do STF e a se armar para defender o país (seu Governo), de certa forma, indiretamente, clamando uma guerra civil contra a democracia e em nome de uma suposta “liberdade” (que deve sempre concordar com e se submeter às suas decisões), pois entende que ele (Bolsonaro) é o líder supremo (e, como diz, “dono”) do Brasil.

O próprio *slogan* de campanha e do Governo de Bolsonaro (“Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”) revela não apenas o seu criacionismo como também o seu eugenismo de inspiração nazista, quase idêntico ao *slogan* do Governo de Hitler que culminou no Holocausto (“Alemanha acima de todos”).

Essa política eugenista bolsonarista eleva o racismo para a esfera da hereditariedade no Brasil. A família, que se elegeu com a bandeira de combate (armamentista) à corrupção, propõe o extermínio do que entende como “tipo criminoso” (especialmente a população pobre e negra), como eco não apenas do nazismo alemão, mas, principalmente, da elite estadunidense que inspirou Hitler e enaltece o idealismo científico do “germe plasma defeituoso”, termo criado por Charles Davenport. Daí, a discriminação também tão explicitada pelo Governo, a nordestinos migrantes, latino-americanos vizinhos e imigrantes africanos. Segundo Brancaglione,

[...] os Estados Unidos têm um histórico de esterilizações forçadas entre os mais pobres, doentes mentais e minorias. [...] As vítimas da eugenia eram moradores pobres de áreas urbanas e o “lixo branco” da zona rural, da Nova Inglaterra à Califórnia, imigrantes que chegavam da Europa, negros,

judeus, mexicanos, indígenas, epiléticos, alcoólatras, batedores de carteira e doentes mentais ou qualquer um que não se enquadrasse no ideal Nórdico dos loiros de olhos azuis que o movimento da eugenia glorificava. A eugenia contaminou muitas outras causas sociais, médicas e educacionais nobres, do movimento pelo controle da natalidade ao desenvolvimento da psicologia e ao movimento pelo saneamento urbano. Psicólogos perseguiram seus pacientes. Professores estigmatizaram seus alunos. Associações de caridade pediram para mandar aqueles que pediam ajuda para câmaras da morte que esperavam ver construídas. [...] Tudo isso aconteceu nos Estados Unidos anos antes da ascensão do Terceiro Reich na Alemanha (2014, p. 76).

O discurso da "eugenia" é mundial, uma espécie de doutrina praticada, sobretudo, por sujeitos racistas de altas classes sociais. Desde o final do século XIX até os anos 20, período que ficou conhecido como “Era Progressiva”⁵ estadunidense (ainda que a esterilização não consentida tenha tido sua legalidade nos Estados Unidos até os anos 80). Destaca-se Theodore Roosevelt⁶ (com seus posicionamentos abertamente eugenistas, como em carta⁷ a Davenport, um dos propagadores mais influentes do eugenismo norte-americano, em que se coloca favorável à esterilização compulsória, como no famoso caso *Buck versus Bell*⁸), nos Estados Unidos; Mussolini, na Itália;

⁵ Período da história dos Estados Unidos caracterizado pelo ativismo político e diversas reformas que visavam o que os norte-americanos entendiam como problemas causados pela industrialização, pela urbanização e a imigração, calcados no que chamaram de uma “gestão científica” (o taylorismo – teoria que visa o gerenciamento da produtividade do trabalho para a eficiência econômica – dos donos dos meios de produção, baseada na aplicação da ciência à engenharia).

⁶ No Governo Roosevelt (1901-1909) foi instituída a “Comissão de Hereditariedade” para investigar a herança genética do país e “encorajar o aumento das famílias de bom sangue e desestimular os elementos viciosos decorrentes da mestiçagem da civilização americana” (BLACK, 2003, p. 57). Com essa mesma mentalidade, inspirada em Galton e Spencer, diversas leis (especialmente a partir de 1907) foram criadas para permitir a execução da esterilização de pessoas consideradas “mentalmente retardadas” ou criminosas, com o argumento de “evitar dar continuidade à sua linhagem genética” (DIWAN, 2007, p. 32). Estudos norte-americanos (BLACK, 2003) apontam que, desde então, até 1981 (ano de realização da última laqueadura compulsória registrada nos Estados Unidos – em Oregon), cerca de 65.000 pessoas tenham sido esterilizadas sem autorização. Essa mentalidade inspirou Hitler e, de certa forma, encontra seus ecos, ressonâncias e reverberações no Governo Bolsonaro.

⁷ Em resposta a Davenport, Roosevelt afirma: "Concordo com o senhor se o que quer dizer, como suponho, é que a sociedade não tem por que permitir que os degenerados se reproduzam" (STANTON e JACKSON, 2017) e, a partir dela, assume uma política eugenista explícita em todo o seu Governo.

⁸ Conforme Black (2003), Carrie Buck viveu como agregada (empregada doméstica) da família Dobbs, em Lynchburg – Virgínia até seus 17 anos, quando foi estuprada pelo sobrinho da patroa e abandonada, grávida, em uma colônia de incapacitados e doentes mentais. Lá, submetida a um teste de QI, foi diagnosticada com idade mental de nove anos. Sua mãe viveu na mesma colônia e seu QI foi revelado como o de uma idade mental de oito anos. Quando Carrie teve sua filha, Vivian, a bebê também foi diagnosticada com problemas mentais. O diretor da *Virginia State Colony for Epileptics and Feeble-minded*, recomendou, então, a esterilização de Carrie, definida por ele como “débil mental” e “delinquente moral” (BLACK, 2003, p. 63), argumentando que a descendência (mãe, filha e neta com problemas mentais) eram prova da necessidade de correção pela política de esterilização, inclusive com o argumento de que a família Buck integrava o grupo de “brancos do sul que são antissociais, desprezíveis, ignorantes e indolentes” (BLACK, 2003, 71). O caso foi levado à Suprema Corte estadunidense que considerou [com votação de oito a um (caso *Buck v. Bell*, 274 U.S. 200, 1927)], constitucional a política de esterilização do Estado da Virgínia. O caso ficou internacionalmente conhecido (tornando-se livro e filme, inclusive). O redator afirmou que, “Será melhor para o mundo inteiro que, em vez de esperar para

Salazar, em Portugal; o Franquismo, na Espanha; Hitler, na Alemanha; os integralistas (com destaque para Getúlio Vargas, no Estado Novo⁹) e, agora, os bolsonaristas, no Brasil – ancorados num populismo ultranacionalista de extrema direita neonazifascista – pautam-se na eugenia como higienização (embranquecimento), com pretexto de desenvolvimento econômico, que se fia na manutenção da hierarquização e da desigualdade para a conservação da dominação política e social.

Na Cultura, outro exemplo foi o do discurso de posse do Secretário Roberto Alvim (Fig. 1), que plagiou um discurso de Goebbels (Ministro da Propaganda¹⁰ de Hitler) e ainda o pronunciou embalado pela música (sonoridade) de Wagner (o compositor preferido de Hitler que ficou com sua música conhecida no nazismo, usado em ocasiões oficiais por Goebbels, dado o apreço do Führer), com a imagem de Bolsonaro com a faixa presidencial num quadro na parede, ao fundo e acima dele, a bandeira nacional ao seu lado (direito dele, esquerdo de quem vê) e outros pequenos detalhes que também remetem à arquitetura plástica cenográfica (visual) do gabinete de Goebbels. O trecho do discurso verbivocal plagiado é: “‘A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa [...] ou então não será nada’. O líder nazista (Goebbels) havia dito: ‘A arte alemã da próxima década será heroica, será ferrenhamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa (...) ou então não será nada.’” (Alessi, 2020).

executar uma prole degenerada pelos crimes que cometeu ou deixá-la morrer à míngua por sua imbecilidade, a sociedade possa impedir os manifestamente inaptos de perpetuarem a própria espécie”, assim como disse que, da mesma forma que a nação pode contar com os “melhores cidadãos”, pode pedir um sacrifício “menor” àqueles que “alquebram a força da sociedade” e finalizou a sentença com uma frase que se tornou célebre: “Três gerações de imbecis são o suficiente” (A sentença judicial está disponível no site Justia (US Supreme Court) em <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/274/200/case.html#207>>. Acesso em 04/07/2020.

⁹ Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil restringia a entrada de estrangeiros judeus, japoneses e negros no país ao mesmo tempo em que estimulava a vinda de portugueses, alemães, italianos e suecos. Isso porque as leis de imigração brasileiras, entre outras, fundamentavam-se no eugenismo. Conforme Koifman (2012), “Vargas e parte das elites brasileiras estavam convencidos de que a composição étnica ‘não branca’ de boa parte dos brasileiros explicaria o atraso e as dificuldades do país”. O Governo acreditava que o problema do (não) desenvolvimento do país se relacionava ao que compreendiam como “má formação” étnica do povo, por isso, as políticas restritivas e estimuladoras de grupos específicos.

¹⁰ Não sem razão, em junho de 2020, Bolsonaro criou um novo Ministério em seu Governo, o da Comunicação (controlada por Goebbels na administração de Hitler, que comprou veículos, mudou pessoas nos cargos de chefia e confiança, produziu filmes e controlou todos os meios de cultura e comunicação), com verba expressiva e retirada de outros ministérios e de programas sociais.



Figura 1: Montagem a partir de dois fotogramas
Fonte: *Globoplay*¹¹

O desejo de matar e destruir o diferente, tão naturalizado no discurso e na prática, como projeto político de Bolsonaro para o Brasil, ancorado num racismo científico que originou o que se denomina como “darwinismo social”¹², tem angariado adeptos e regido muitas pessoas, em especial, empresários e religiosos de determinadas vertentes, de maneira mais ou menos explícita, que demonstram, com atos cotidianos, institucionalizados ou não, formas socioculturais e político-econômicas de geração de um povo, fundamentados na eugenia, entendida como “melhor” (a seleção consciente e a criação do gênio, como propôs Galton, compreendido, principalmente pelas classes e pelos grupos hegemônicos, como o homem branco nórdico, abastado, conservador e religioso – valorado como o que tem sido chamado de “homem/cidadão de bem”).

Alguns contratos, campanhas, práticas de interação e nomeação ao longo da história exemplificam a concretude dessa mentalidade: casamentos arranjados, esterilizações (legalizadas ou não, consentidas ou não), concursos de bebês-modelo (como o do bebê Johnson), estupros para “elevar” e dar continuidade à sociedade – como ocorreu na segunda guerra mundial, em que soldados russos cometeram estupros em massa contra mulheres alemãs, caso sofrido pelas mulheres polonesas, quando o país foi invadido pelos nazistas. Esse fato nos lembra a famosa declaração de Bolsonaro dirigida a Maria do Rosário, em que, quando ainda Deputado Federal, afirmou: “Não te

¹¹ Sequência das cenas em 00:01:09-00:01:10. Vídeo-reportagem exibido pelo Jornal da Globo em 17/01/2020 e disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8246558/>. Acesso em 04/07/2020.

¹² O termo, criado no século XX, popularizou-se nos anos 40, mas caiu em desuso, dada a valoração pejorativa adquirida no pós-guerra, uma vez que a designação se refere à reunião das teorias de cunho darwinistas, desenvolvidas no Reino Unido, dos Estados Unidos e na Europa, aplicadas às questões sociais. O uso dos conceitos de luta pela existência e sobrevivência dos mais aptos, para a evolução das espécies, conforme estudado por Darwin (2014), para justificar (necro)políticas que distinguem entre aqueles considerados pelo Governo como “capazes” e “incapazes” de se sustentar. Esse conceito motivou as ideias eugenistas que pautam o racismo e a luta entre grupos sociais, em regimes (neo)nazifascistas.

estupro porque você não merece”. Até o estupro, um crime hediondo, considerado um dos mais violentos que existem pelo Código Penal brasileiro, é entendido por ele como “merecimento” de um sujeito geneticamente “bem” constituído, o que também nos faz pensar nos padrões de beleza. Essas são algumas práticas entranhadas na sociedade, que revelam o racismo estrutural, várias delas, de raiz eugenista.

Por um período da sua História, o Brasil se pautou na eugenia como instrumento e justificativa para uma “higiene social” a ser implantada – isso guiou movimentos como o integralismo¹³ do Estado Novo (sob o Governo de Vargas), por exemplo, que fundamenta o Governo Bolsonaro, com suas práticas calcadas na destruição da democracia (com desejo de golpe de Estado militar e teocrático¹⁴). Nesse sentido é que podemos dizer que o projeto e o plano de Governo bolsonarista é fascista¹⁵.

Atos de linguagem, práticas político-sociais: ressonâncias eugenistas em Bolsonaro

Fundamentadas nos estudos bakhtinianos, assumimos a relação constitutiva entre o enunciado e seu horizonte socioideológico (Medviédev, 2012; Volóchinov, 2017), assim como a construção enunciativa como ato ético (BAKHTIN, 2010), ao mesmo tempo, de linguagem e posicionamento axiológico na prática social. Desse ponto de vista, todo ato de linguagem, tenha ele a configuração que for, pertencente aos mais variados gêneros discursivos, produzidos, veiculados e recebidos em múltiplas esferas, é um ato sócio-político-cultural, o que fica ainda mais flagrante quando as esferas familiar e política se associam, como é o caso do Governo Bolsonaro. A esfera da vida é constitutiva da enunciação, assim como a responsabilidade do sujeito acerca de seus

¹³ De acordo com o Dicionário Houaiss Online (1933 Fon-Fon XXVIII n 28), o integralismo pode ser definido, no campo da História e da Política, como “movimento político de extrema-direita ultranacionalista, corporativista, conservador e tradicionalista, denominado Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, fundado em 1932 e extinto em 1937, que foi revivido em 1945 sob a sigla do PRP (Partido de Representação Popular) cf. fascismo”.

¹⁴ Conforme o Dicionário Houaiss Online, a teocracia pode ser conceituada como “sistema de governo em que o poder político se encontra fundamentado no poder religioso, pela encarnação da divindade no governante, como no Egito dos faraós, ou por sua escolha direta, como nas monarquias absolutas”. No Brasil, para diversos religiosos cristãos (especificamente, de vertentes evangélicas e católicas), Jair Messias Bolsonaro é considerado um “enviado de Deus” para “salvar” o país.

¹⁵ Fascismo (1921 A Cigarra n 159), de acordo com o Dicionário Houaiss Online, pode ser definido como “movimento político e filosófico ou regime (como o estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que faz prevalecer os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador” com “uma ideologia política ultranacionalista e autoritária caracterizada por poder ditatorial, repressão da oposição por via da força e forte arregimentação da sociedade e da economia”.

atos de dizer/fazer, conforme evidenciado por Volóchinov (2019). Daí, o sujeito ser “sem álibi da existência” (BAKHTIN, 2010), pois responsável por seus atos.

De acordo com Volóchinov (2019), a vida se caracteriza por seus valores, as axiologias situacionalizadas numa coletividade, com suas regras socioculturais, expressas pela linguagem, que constroem os sentidos via enunciado, composto, por sua vez, pelos signos verbais e não-verbais – vocais e visuais – que, de acordo com Paula (2017), Paula e Serni (2017), Paula e Luciano (2020a, 2020b, 2020c), caracterizam a linguagem em sua potencialmente tridimensional (verbivocovisual). Segundo Volóchinov (2013), na situação social ampla nasce o ato enunciativo, que reside o seu peso axiológico:

Esses juízos e valorações se referem a uma certa totalidade, na qual a palavra diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel. A palavra tomada isoladamente, como fenômeno puramente linguístico, não pode ser verdadeira, nem falsa, nem atrevida, nem tímida (Volóchinov, 2013, p. 77).

O ato de linguagem, para Bakhtin (2010), acontece na vida, por isso, sua raiz sociocultural. O acontecimento se refere à verdade do ser, o que equivale, na perspectiva materialista histórica, à construção de sentido e ao acesso à realidade pela linguagem, ou seja, à consciência do ato (ético e responsável). E, para analisar o acontecimento, o filósofo russo parte do ato ético, melhor, da tomada de consciência (cognoscível) do ato ético, em seu contexto único e singular, com responsabilidade concreta acerca da compreensão ativa do mundo. Conforme o estudioso, “compreensão responsiva que salienta a conexão entre compreensão e escuta, escuta que fala, que responde, mesmo que não imediata e diretamente; por meio da compreensão e ‘pensamento participante’” (BAKHTIN, 2010, P. 7).

Se a unidade do ato é caracterizada pelo evento vivido (PONZIO apud BAKHTIN, 2010, p. 12), ela também constitui a consciência da ação realizada na prática, muitas vezes, automaticamente. O andar é um exemplo: a ação de andar é “automática”. Não pensamos, mentalmente, que precisamos colocar um pé diante do outro e prestamos atenção em como fazemos isso, com que ritmo etc. Todavia, ao emprestarmos nosso corpo a uma personagem, a depender de sua característica, o andar específico precisa ser trabalhado. Esse outro andar (e andar do outro) demanda, observação, treino, ensaio, enfim, tomada de consciência para a composição da personagem. O novo-outro andar deixa de ser uma ação corriqueira, “automática” e

passa a ser um ato. O ato de andar que, consciente, elaborado, pensado, treinado/praticado, constitui uma verdade acerca dessa personagem que pode, inclusive, caracterizar um traço semiótico de seu posicionamento e caráter, que reflete e refrata uma voz social. Em outras palavras, a conscientização cognoscível produz a verdade (*pravda* – a verdade entoada, logo, concretizada materialmente num material semiótico, não a verdade abstrata, *istina*) do dizer/fazer. Verdade como prática de linguagem, que, por sua vez, é prática sociocultural. Verdade viva, a partir de um determinado valor, marcado pelo lugar e pela axiologia do sujeito.

A verdade (*pravda*) do ato de dizer/fazer, para o filósofo russo, é singular, irrepetível e se refere à verdade de dado grupo social. Contudo, essa singularidade não se caracteriza pela subjetividade personalista ou à diferença indiferente. Ao contrário. Bakhtin pensa a singularidade na relação, num movimento de interação, de singularidades entre sujeitos e visões de mundo, da unicidade para a generalidade, do individual ao coletivo, do interno ao externo. Segundo Ponzio (apud BAKHTIN, 2010, p. 16), “a singularidade, a unicidade, a alteridade de cada um, com a sua participação e não indiferença à singularidade dos outros, ao outro como único e insubstituível, a singularidade com a sua responsabilidade sem álibis”. As singularidades das generalidades, já que, segundo o estudioso, “Tudo isso que é genérico adquire sentido e valor a partir do lugar único do singular, do seu reconhecimento, na base do seu ‘não-álibi no existir’” (PONZIO apud BAKHTIN, 2010, p. 16).

“Não álibi” significa assumir conscientemente a responsabilidade de que cada um tem o seu lugar, a “impossibilidade de estar em outro lugar” (ou no lugar do outro). O eu pode compreender o outro, mas do seu lugar, com a sua verdade, do lugar que ocupa em sua existência, no ato de viver. Um valor não é reconhecido por sua abstração sêmica, mas sim pela visão de mundo do lugar que o sujeito ocupa, do ângulo que vê o e vive no mundo. Nesse sentido é que Bakhtin (2010) metaforiza o ato como um “Jano Bifronte”, pois, como a imagem mítica, ao mesmo tempo em que o ato se realiza em sua unicidade, esse ponto de vista singular se direciona à generalização coletiva, o que não apenas justifica, mas explica a responsabilidade do sujeito.

No caso do sujeito ser o Presidente da República, essa responsabilidade ética se explicita ainda mais, uma vez que os valores, no caso do Brasil, de Bolsonaro, não se referem apenas a uma opinião individual, de um homem comum, mas esse sujeito-

homem, do lugar que ocupa (de representante maior do Estado Brasileiro), semiotiza a valoração de um povo, oficializa, por seus atos de dizer/fazer, uma nação.

Afirmações de Bolsonaro como a de que a hidroxicloroquina, comprovada cientificamente ineficaz para o tratamento da covid-19, pode ser um medicamento promissor, com documentos que recomendam o seu uso em hospitais públicos, liberação para a compra sem receita à população e vídeos seus (Fig. 2) fazendo uso do remédio e/ou “receitando” como utilizá-lo, mais que expor um valor individual, marca, de sua posição singular de Presidente, uma condução de política pública para a pandemia causada no Brasil e influencia seus seguidores a utilizar o medicamento, mesmo contra a indicação da ciência, dada a voz que o Presidente representa para muita gente e, também, como símbolo da voz de um país, na relação com outros. Daí, a importância de refletirmos sobre atos desse sujeito, com sua responsabilidade ética e as valorações das repercussões desses atos, em diversas esferas.



Figura 2: Montagem a partir de duas fotografias
Fonte: *Uol Notícias*¹⁶ e *Correio*¹⁷, respectivamente.

Assim como recomendou em suas redes sociais (*Twitter* e *Facebook*), em pronunciamento oficial e a seus apoiadores e jornalistas, em área reservada na entrada do Palácio do Planalto, em março de 2020, a hidroxicloroquina para tratamento e promessa de cura de covid-19, Bolsonaro demitiu um Ministro da Saúde (Mandetta) e aceitou a demissão de outro (Teich) por querer alterar a bula do remédio e impor o uso

¹⁶ Fotografia retirada do *Uol Notícias*, publicada em 26/03/2020, disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-diz-que-povo-nao-governo-deve-se-preocupar-com-grupos-de-risco.htm>. Acesso em 07/07/2020.

¹⁷ Fotografia retirada do *Correio Brasiliense*, publicada em 07/07/2020, disponível em https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/07/interna_politica,870168/em-video-bolsonaro-toma-hidroxicloroquina-e-diz-que-confia-na-medicac.shtml?fbclid=IwAR2HBdaYxTqDq2v3dEX85tLDUE8BJYvBX_gvxh7j0Hc_sB4f0uVghEjROo0. Acesso em 07/07/2020.

da medicação no SUS (Sistema Único de Saúde), bem como afirmou que a pandemia era “uma histeria” por “uma gripezinha” que ele, “por seu histórico de atleta”, não pegaria ou, se fosse contagiado, nada sentiria. Em julho, depois da suspensão de pesquisas com hidroxicloroquina no mundo e da afirmação da OMS (Organização Mundial da Saúde) atestando a ineficácia da droga, Bolsonaro, confirmado com coronavírus depois de meses desrespeitando as recomendações médicas (sem usar máscaras, causando aglomerações, tendo contato físico e próximo às pessoas), volta a minimizar a gravidade da doença e a afirmar a eficácia da hidroxicloroquina para tratamento da covid-19, pousando para fotos em que demonstra tomar o remédio. Com isso, muitos de seus apoiadores saíram em busca de hidroxicloroquina para “prevenir” covid-19 e terem uma falsa (*fake*) sensação de proteção que, mais grave, coloca a pessoa em risco, uma vez que os efeitos colaterais da medicação podem levar a pessoa a disritmias, infarto e até óbito. Da mesma forma, calcados na fala e na postura do Presidente, muitos deixaram o isolamento social e voltaram às ruas, com aglomerações, sem respeitar as recomendações médicas (sem uso de máscaras, sem cuidado para contato, proximidade e desinfecção de si e de objetos). Em outras palavras, o ato singular de Bolsonaro ressoa e reverbera como prática social entre sujeitos que, em embate (apoiadores e opositores), respondem com outros atos à pandemia e ao Governo.

A ética bolsonarista se pauta na coerência de suas afirmações, que se repetem, mesmo contrárias às pesquisas científicas e sua palavra (no sentido alargado de linguagem, como o entende Volóchinov, 2013) passa a ser não uma, mas “a” verdade (*pravda*) para dado grupo. O ato de tomar a hidroxicloroquina, mais do que expor seu posicionamento axiológico acerca do uso da medicação, serve, principalmente pelo lugar que ocupa, de maneira situada, em interação com o discurso que o ajudou a se eleger (dentre eles, o religioso que o considera um “Messias”, enviado por Deus, para “consertar” o país, um “Mito” a ser seguido, sem questionamento, idolatrado por “fiéis” seguidores), como exemplo a muitos e como imagem de um país.

A responsabilidade pelos atos que desempenha se volta a esse sujeito que, “sem alibi” de sua existência e pela função que ocupa, tenta se eximir pelos atos de não combate à pandemia (com declarações como “E daí, o que você quer que eu faça? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, ao ser indagado sobre o número de mortes causadas pelo coronavírus; ou ao imputar a responsabilidade, tanto pelas mortes quanto pela crise econômica, aos governadores e prefeitos), assumindo uma política calcada na imunidade de rebanho. Mais que isso, uma política de rebanho, que sempre foi a sua

estratégia política, desde a campanha, nas eleições de 2018, em que contou com líderes religiosos, canais midiáticos e empresários, entre outros, para convencer e persuadir as pessoas (seus outros) a votarem nele, entendido como o melhor candidato ou aquele que representaria uma mudança política e econômica possível. Assim, grupos inteiros foram afetados e impulsionados a votarem em Bolsonaro. A estratégia de rebanho continua, seja para a questão da pandemia, seja para o apoio político ou ainda para o econômico, todos, interligados. Os atos de linguagem (falas, gestos, posturas corporais, ações “exemplares”, entre outros), mais que dizer, refletem e refratam um fazer, uma prática sociocultural ideológica, fundada na supremacia da fortaleza genética da raça (os “melhores” não ficam doentes ou, se ficam, curam-se, com sintomas leves, sobrevivem porque “geneticamente superiores”), o que revela ecos da eugenia.

Como um todo de sentido no qual estão fundidas as dimensões verbais/vocais e não-verbais (vocais/sonoras, visuais e/ou sincréticas), um enunciado é sempre constituído por juízos de valor, relacionados a acontecimentos e vivências humanas (suas relações sociais, hierarquias, conflitos, grupos, identidades etc.) (VOLÓCHINOV, 2013; BAKHTIN, 2014), como ocorre com os aqui analisados.

Admitido o diálogo (em seu sentido amplo) como uma semente da comunicação discursiva como um todo, os escritos bakhtinianos concebem a obra literária como participante da cadeia discursiva caracterizada pela incessante alternância de posicionamentos axiológicos (dialética-dialogicamente, conforme Paula, Figueiredo e Paula, 2011). Nesse sentido, os enunciados proferidos de maneira verbivocovisual [Paula (2017), Paula e Serni (2017), Paula e Luciano (2020a, 2020b, 2020c)] por Bolsonaro se caracterizam como unidades heterogêneas (plenas de vozes), que instauram sentidos outros ao reacentuarem responsivamente o já-dito (eugenista) e trazer consigo ecos (neonazifascistas) da cadeia da qual participa.

Cada enunciado é, antes de tudo, uma resposta, uma tomada de posição diante do outro. Nesse aspecto, todo enunciado é dialógico porque ancorado num dizer anterior e se projeta a um dizer posterior porque prenhe de resposta (responde e suscita, por antecipação, respostas), determinado por essa heterogeneidade constitutiva do dizer (Faraco, 2009; Bakhtin, 2011). Como proposto por Bakhtin (2011) e explicitado por Ponzio (2010), todo enunciado [verbal (oral ou escrito) ou não-verbal (sincrético, multimodal), sempre, conforme Paula (2017), Paula e Serni (2017), Paula e Luciano (2020a, 2020b, 2020c), verbivocovisual] é arquitetado em interação com outros atos de linguagem e se configura como um posicionamento singular na cadeia da comunicação,

uma vez que se ambienta na atmosfera pluridiscursiva e nos leva além de seus limites. Em outras palavras, encontra-se em relação dialógica (de sentido) com outros enunciados (e sentidos). Como reiterado por Bakhtin (2011) e por Volóchinov (2017), o sentido (e o posicionamento avaliativo/valorativo) é de caráter interindividual, implica o correlacionamento entre diferentes sujeitos e enunciados (interações dialógicas).

As práticas humanas, a vida social do homem e suas relações, as lutas políticas, grupos e classes sociais, os reflexos e refrações que compõem o horizonte socioideológico de uma comunidade, os diferentes universos de valores, outros enunciados etc, todo e qualquer ato de linguagem, fica disponível à compreensão ativa e responsiva de outros sujeitos, assim como continua a reverberar outras respostas, a partir de outros movimentos valorativos (atos de linguagem os mais diversos) de ressignificação em sua recepção e circulação.

Segundo Bakhtin (2010), a crise contemporânea é a crise do ato contemporâneo, que separa o sujeito da cultura e restringe seus atos a ações técnicas (e, tanto quanto o final do século XIX e o início do XX, vivemos, com outra configuração, um outro momento tecnicista: a era tecnológica, fundada no digital), calcadas em produtos e não em processos histórico-culturais e emotivo-volitivos humanos. Conforme o estudioso,

Todas as forças de uma realização responsável [otvetstvennoe svershenie] se retiram para o território autônomo da cultura e o ato separado delas degenera ao grau de motivação biológica e econômica elementar, perdendo todas as suas componentes ideais: é esta precisamente a situação atual da civilização. Toda a riqueza da cultura está posta a serviço do agir biológico. A teoria deixa o ato à mercê de uma existência estúpida, exaure□o de todos os componentes ideais e o submete a seu domínio autônomo fechado, empobrece o ato (BAKHTIN, 2010, p. 20).

Desde a posse de Bolsonaro, o argumento da técnica para garantir uma neutralidade inexistente pauta os discursos e os atos governamentais, com reflexos e refrações em todas as esferas e áreas. Um desprezo pelas artes, pela cultura, pela história e pela filosofia em prol das formações profissionalizantes e tecnológicas (calcadas em maquinaria e ensino à distância), com cortes de auxílios às humanidades, à ciência, à pesquisa e à educação tem pautado os discursos e os atos políticos que, inclusive, têm alterado a opinião pública acerca da importância do estudo, da formação universitária e levado a questionamentos acerca da importância dos educadores e das universidades públicas, entendidas como “gastos supérfluos” para o Estado, especialmente ao que concerne às humanidades.

Para Bakhtin (2010), a singularidade do ato possibilita a religação (religião) entre cultura e vida, consciência individual e coletiva/sociocultural. Afinal, pelo embate de vozes, uma nação escolhe uma voz, sem renunciar à própria liberdade, pois o representante escolhido/eleito não representa uma voz valorativa uníssona, uma vez que a sociedade é plurivalente. Assim, se há quem se entregue ao Estado, num ato de delegação de responsabilidade alienada e se transforme em escravo de sua decisão, há quem questione a decisão tomada porque assume conscientemente os posicionamentos e as responsabilidades éticas de seus atos sócio-político-culturais. Essa tomada de consciência, enraizada no solo social, em álibi da existência, é emancipatória. Se, para Marx e Engels, compreender a estrutura sistêmica material histórica é essencial para se pensar os processos de alienação, fundados nas relações de trabalho (como econômicas, políticas e sociais), para Bakhtin e o Círculo, a resistência interacional, em embate, entre sujeitos (eu-outro – eu-para-mim, eu-para-o-outro, outro-para-mim) de linguagem, reflexos e refrações de vozes socioideológicas, de esferas diversas em contato, em jogo entre infra e superestrutura, é o modo concreto enunciativo vivo de conseguirmos tomar consciência de nossos atos e nos emancipar. Única forma de transformação.

Ao pensarmos sobre a morte na pandemia, por exemplo, quando a mídia noticia números, de maneira abstrata, isso nada significa, já que os sentidos são constituídos a partir de uma experiência/vivência, do lugar único do sujeito. Assim, a morte abstrata pode nada significar, mas a morte de alguém próximo, querido, a minha morte ou ainda a morte de uma comunidade ou mesmo a possibilidade de aniquilação da humanidade inteira historicamente real, como ocorre mundialmente na pandemia causada pela covid-19, adquire outros valores. De acordo com o estudioso russo,

E, naturalmente, o sentido do valor emotivo-volitivo da minha morte, da morte do outro, do meu próximo, do fato da morte de cada ser humano real, varia profundamente caso a caso, já que são todos momentos diferentes do existir-evento singular. Para um sujeito desencarnado, não participante, todas as mortes podem ser indiferentemente iguais (BAKHTIN, 2010, p. 23).

Nesse sentido, transformar as mortes de sujeitos em números abstratos desumaniza as vidas perdidas, pois meros números, técnicos, quantitativos, vazios. Por isso, ao ser questionado, Bolsonaro, confortavelmente, responde “E daí?”. Primeiro porque números não são pessoas. Segundo porque ele tenta se eximir de sua responsabilidade de chefe de Estado, que desempenha de seu lugar de Presidente da República. Terceiro porque preocupado consigo e os seus, em sua reeleição e, portanto,

em sua imagem, prefere, por escolha sem álibi de sua existência, CNPJs a CPFs, de novo, números ao invés de vidas. A objetivação do homem esvazia o seu sentido e o torna indiferente, incapaz de compreender o outro, no seu (dele) lugar – a miséria, a luta pela sobrevivência etc. Daí, voltar-se a si de maneira narcísica.

Ao tratar de Dostoiévski, Bakhtin afirma que “No homem há sempre alguma coisa que só ele pode descobrir no ato livre da autoconsciência e da palavra (...) A verdadeira vida da pessoa é acessível apenas a um enfoque dialógico diante do qual ela se revela livremente em resposta” (BAKHTIN, 2015, p. 66). Logo, na interação participativa, sempre em embate de vozes (nem sempre consensuais), o social, o político, o econômico e o cultural voltam a ser plenos. Todavia, pelo que temos visto, não é essa a *pravda* dos atos de linguagem e das práticas socioideológicas de Bolsonaro. Ao contrário. Com ecos e ressonâncias eugenistas, seus atos-práticas refletem e refratam uma voz ditatorial autoritária supremacista e messiânica, como temos demonstrado.

Há uma correlação de corpos entre Bolsonaro e a nação, uma vez que o Presidente, com seus atos, mistura as esferas da família, da política, das mídias (redes sociais) e da religião, ou seja, campos oficiais com não-oficiais, institucionais com cotidianos e íntimos, o pessoal com o país, que ele assume como seu (em declarações como “Eu mando, porra”, “Eu sou o dono do Brasil”, entre outras). De acordo com Zuker (2020), “Bolsonaro torna intrínseca esta relação entre o seu corpo e o país, ao conjugar corpos torturáveis e matáveis com a instauração de uma nova ordem política, dependente dele próprio”. Quando fica doente, sofre um atentado ou se afasta para exames, parte do país entra em comoção, ainda que ele, como Chefe de Estado, não se comova e nada faça pelas mortes ocorridas no Brasil (Aliás, despreza totalmente isso, o que fica claro quando responde, irritado: “E daí? Esse é o destino de todos”, banalizando e naturalizando a morte ao torná-la abstrata, quantitativa apenas).

O corpo do Presidente é o que importa como corpo/alma da nação (se ele está doente, a nação também está. Se não, pode o povo todo morrer que não há problema para essa lógica pessoa-nação, calcada num único ser/sujeito-narcísico). Kantorowicz (1998), ao estudar a imagem figurativa do rei na Idade Média, chega à conclusão de que o representante maior de uma nação (no caso estudado, o rei) possui dois corpos: um, físico, sujeito à morte; e um, arquetípico, que se mistura com o corpo da nação e é imortal. Conforme o autor, esses são “axiomas de uma teologia política que, mutatis mutandis, continua em vigor até o século XX” (KANTOROWICZ, 1998, p. 10).

As referências de Kantorowicz se voltam ao nazifascismo europeu e, como estamos analisando, a necropolítica de rebanho de Bolsonaro se inspira nessas referências do passado, reinventadas, como é o caso exemplificado neste artigo.

A “supremacia” extremista: o copo de leite e a prática neonazifascista bolsonarista

Segundo Diwan (2007), a purificação e o “aperfeiçoamento” da raça, a evolução geracional do sujeito, no intuito de ser superior, saudável, belo e forte compõem o ideário basal da eugenia. Essa doutrina, como já anunciamos, foi institucionalizada e legitimou crenças de superioridade racial, já presentes no pensamento ocidental. Resguardada a um campo da criação ideológica, imbuída de determinada visão de mundo, a eugenia é utilizada para justificar guerras, controle e extermínio, de modo geral, tendo como objetivo a dominação de determinados grupos humanos sobre outros.

De acordo com Diwan (2007), o surgimento do pensamento eugenista se inscreve na esteira da “era de ouro” da biologia, que marca a segunda metade do século XIX, tido como campo do conhecimento primordial para explicação de quaisquer problemas, sejam eles da ordem biológica ou não. O pensamento evolucionista, gestado pela publicação dos estudos de Darwin [(1859) 2014], encontra-se na base da eugenia.

Pelos pressupostos darwinistas, na luta pela sobrevivência “[...] só os mais bem adaptados sobrevivem, a permanente competição e a conclusão de que os mais bem ‘equipados’ biologicamente têm maiores chances de se perpetuar na natureza [...]” (Diwan, 2007, p. 30). O pensamento darwinista foi replicado nas teorias sociais e econômicas como explicação do comportamento humano e da sociedade. O darwinismo social e a eugenia constituem não só um dos braços do colonialismo europeu, mas também respaldam as políticas de controle das populações nas grandes metrópoles dos impérios da Europa, como Londres; dos Estados Unidos e também do Brasil.

A Inglaterra foi o berço da eugenia e do darwinismo. No contexto das revoluções industriais e do crescimento de capitais como Londres, a sociedade burguesa do século XIX encontrou respaldo científico na eugenia para controlar as classes mais pobres. A emergência e a difusão das teorias da esquerda geraram medo de revoluções da massa pobre. Os problemas sanitários e de doenças foram usados para exterminar a camada mais frágil e desprivilegiada, dada a miséria, assim como para enfraquecer a possibilidade de organização de resistência e revolução desses sujeitos. Com a

pandemia da covid-19, o estímulo pela imunização de manada preconizado pelo Presidente do Brasil, de certa forma, repete, em outro contexto e de outra forma, a mesma estratégia eugenista de uso da crise sanitária para a exterminação, principalmente, de pessoas das camadas mais vulneráveis (como as comunidades indígenas e periféricas, por exemplo, também consideradas “indigentes”).

Na perspectiva eugênica, as doenças mentais e genéticas, o crime, a marginalidade e até mesmo o talento são hereditários. Um dos sustentáculos da eugenia foi os estudos antropométricos, que analisavam e mediam atributos físicos (o tamanho da cabeça, por exemplo) em correlação com determinações sobre o caráter (Diwan, 2007).

Intelectuais e sociedades acadêmicas em países como Estados Unidos e Alemanha embasaram políticas de esterilização da população e leis de restrição de casamentos. Como ressalta Diwan (2007), não é possível encontrarmos uma instrumentalização homogênea dos preceitos de Galton, mas admitir a sua instrumentalização específica em cada país, bem como seus usos políticos mais ou menos radicais. Isso é o que tentamos fazer aqui, a partir de alguns atos exemplares do Governo Bolsonaro.

Na Alemanha nazista e nos territórios ocupados por Hitler na Segunda Guerra Mundial, marcada pelo totalitarismo de extrema direita, a eugenia e seus “avanços” culminaram no genocídio e extermínio de milhões de pessoas pertencentes a diferentes grupos étnicos, religiosos, políticos e econômicos na defesa de uma suposta “pureza” racial ariana. No início da década de 1940, com a instalação dos campos de concentração e no contexto do Holocausto (denominado como “Solução Final”), cerca de seis milhões de pessoas perderam a vida, em sua maioria judeus, mas também ciganos, homossexuais, dissidentes do regime nazista, pessoas com doenças genéticas, idosos, alcoólatras, indigentes, prostitutas etc.

A ascensão de Hitler ao poder coloca em prática o conjunto de seu ideário racialista, antisemita, anti-esquerda e nacionalista, em conjunto com seu projeto político-econômico-cultural de construção do “super-homem” alemão, calcado no mito da superioridade da raça. Antes da radicalização desse projeto como materializado pelo Holocausto, a Alemanha já se caracterizava por leis de proibição de casamentos interracialis, entre pessoas doentes, judeus e outros grupos étnicos (Diwan, 2007).

Bolsonaro se inscreve na esteira de Hitler, calcado no reflexo e refração de sentidos semelhantes, em alusão à consolidação de governos de extrema direita, com características enunciativas de um determinado ideário (neo)nazifascista, alicerçado na

eugenia, evidenciada pelas caracterizações dos sujeitos como arianos (homens, brancos, autodeclarados heterossexuais, jovens e adultos) (Saffioti, 1987).

A partir das marcas eugenistas (tendo em vista as singularidades de cada tempo-espço, bem como elementos diferentes de cada movimento político, visto que a ascensão de uma onda conservadora brasileira resguarda elementos que lhe são próprios), a emergência de enunciados como o de justaposição das imagens de Hitler e Bolsonaro (Fig. 3), compartilhado nas redes sociais em julho de 2019, tornam-se mais comuns, tendo em vista as semelhanças discursivas da política do Governo bolsonarista:



Figura 3: Montagem com imagens justapostas de Bolsonaro e Hitler no barbeiro
Fonte: Revista Forum online

Em janeiro de 2020, a analogia ao nazifascismo se tornou explícita no Governo Bolsonaro com uma menção (intertextual) realizada pelo ex-secretário da cultura, Roberto Alvim, em seu pronunciamento de posse que, como já analisado, replicou parte de um discurso do ministro da Propaganda de Hitler, Goebbles. Antes disso, no entanto, como também já demonstramos, a relação com Hitler e seu Terceiro Reich já se encontrava na ordem do dia. Desde antes das eleições, mas, principalmente, ao assumir o poder, Bolsonaro trata a imprensa como Hitler (e outros líderes autoritários, como Trump) o fazia(m)/faz(em), inclusive ao utilizar a expressão “A imprensa mente” ou “A imprensa é mentirosa”, vinda do termo alemão *Lügenpresse* (que significa “imprensa mentirosa”), conhecido desde os anos 20, mas exaustivamente usado por Hitler toda vez que alguma notícia contrária ao nazismo ou questionadora às suas práticas era publicada. Em pouco tempo, Hitler comprou boa parte dos canais de imprensa oficiais, sancionou leis que proibiam quem não era alemão-ariano em edições de jornais e passou a ter em Goebbles, uma grande fortaleza de imprensa. Com isso, construiu valores e

manipulou mentalidades (podemos até dizer que, de certa forma, o germe da estratégia de Bannon, da afirmação de Trump que se tornou prática e conceito, “*This is a fake news*”, teve seu germe no nazismo alemão). Depois do episódio de Alvim, em clara referência a Goebbles, outras afirmações de inspiração fascista e/ou nazista, de outros ministros (como o da Educação, por exemplo) e do próprio Presidente, ficaram, cada vez mais evidentes, tanto pela inspiração em fatos (descontextualizados e em comparações descabidas – como a afirmação de que o nazismo é “de esquerda”, como o Governo e seus apoiadores disseminaram no primeiro semestre de 2019, a ponto de associações do mundo todo se manifestarem em repúdio a essa distorção, inclusive, com notas históricas explicativas – ou a menção à “Noite dos Cristais”, citada por Weintraub em 27 de maio de 2020, por exemplo – afirmação que também chocou associações de todo o mundo), quanto por pronunciamentos quase idênticos a discursos de Mussolini e Hitler [como a fala de Bolsonaro na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, divulgada na íntegra por investigação, com autorização do STF, em que o Presidente defendeu o armamento da população para que ela “se defenda” das medidas do STF, de Governadores e Prefeitos, instigando a guerra civil, como fez Mussolini, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, ao afirmar que “Só o povo armado é forte e livre”, como parafraseou Bolsonaro em diversas ocasiões. Ainda na esteira de Mussolini, o Presidente brasileiro, na reunião supramencionada, repetiu o Governo fascista ao dizer que “Se eu fosse ditador, eu queria desarmar a população”, e, com isso, mais uma vez, utilizou a estratégia da inversão ideológica da história].

Cada vez mais, Bolsonaro tem assumido sua política neonazifascista (eugenista). Em algumas de suas *lives*, o Presidente iniciou seus vídeos tomando um copo de leite puro, como no dia 29 de maio de 2020 (Fig. 4), conforme reportagem de Rocha (2020):



Figura 4: O copo de leite no Governo Bolsonaro
Fonte: *Revista Forum online*

Não apenas Bolsonaro fez *lives* tomando leite puro, mas também alguns de seus Ministros (como é o caso de Damares, Ministra da Mulher e da Família – segundo fotograma da Fig. 4 –, além de Tereza Cristina, Ministra da Agricultura, a primeira a

fazer *live* brindando com leite) e de seus apoiadores (como o blogueiro Allan dos Santos, um dos fundadores do canal *Terça Livre*, um dos maiores defensores do Governo. Este, que, aliás, não se caracteriza, dada a melanina de sua pele, como alguém caucasiano, mas, mesmo assim, tomou o copo de leite com expressão de comemoração – sorrindo – e nomeou sua *live* como “Entendedores entenderão” e ainda soltou que se tratava de uma “mensagem subliminar” – palavras dele, sem nada mais explicar a respeito – terceiro fotograma da Fig. 4). Tereza fez sua *live* no mesmo dia que Bolsonaro e tanto Damares quanto Allan dos Santos postaram suas *lives* um dia após a do Presidente da República, em meio a manifestações antirracistas realizadas no mundo todo, com referência ao caso de George Floyd – e, no Brasil, as mortes dos meninos João Paulo e Miguel – e depois de a *live* de Bolsonaro receber muito apoio de grupos extremistas e com índices de aumento de apoio de supremacistas brancos ao Governo.

Aliás, segundo Alessi e Hofmeister (2020), o número de páginas na internet que pregam a supremacia branca cresceu desde 2019 e se alimenta de atos discursivos da *pravda* do Presidente e de seus apoiadores. Com base nos dados divulgados pela ONG Safernet, em maio de 2020 foram criadas 204 novas páginas de conteúdo neonazista, ante 42 no mesmo mês de 2019 e 28 em maio de 2018. Segundo a ONG, há uma relação de causalidade entre os atos do Presidente e essa radicalização no país. Conforme nota da entidade, é “inegável que as reiteradas manifestações de ódio contra minorias por membros do Governo Bolsonaro têm empoderado as células neonazistas no Brasil”.

De acordo com Dias (apud Alessi e Hofmeister, 2020), há 334 células (compostas por de 3 a 30 integrantes) neonazistas em atividade no Brasil desde o final de 2019. Conforme a estudiosa, “Existem grupos ou células neonazistas que têm se aproximado mais do bolsonarismo e dos atos recentes de rua” a favor do AI-5 e do fechamento do STF. Segundo ela, existem os “autointitulados soberanistas [ligados a Olavo de Carvalho, guru intelectual do clã Bolsonaro], que aparecem em células neonazistas no Paraná, Distrito Federal, São Paulo e em Goiânia”.

Além da semiose cultural cotidiana que relaciona leite às pessoas brancas e café às negras, segundo Dias declarou à *Fórum*, “O leite é o tempo todo referência neonazi. Tomar branco, se tornar branco”. Como afirma a reportagem, “O leite como símbolo está diretamente ligado aos chamados ‘alt-right’ estadunidenses” e não é mera coincidência essa referência justamente no mesmo dia em que explodiram manifestações em Minneapolis contra a violência policial branca praticada contra negros (em razão do assassinato de Floyd), nos Estados Unidos.

Nemer, estudioso do bolsonarismo, em seu *Twitter*, declara que “O extremismo do Bolsonarismo é tão tosco que eles apropriam tudo da Alt Right e com atraso – já que isso começou nos EUA em 2017”. O “Alt Right” consiste em um ritual de

Nacionalistas brancos (que) fazem manifestações bebendo leite para chamar a atenção para um traço genético conhecido por ser mais comum em pessoas brancas do que em outros – a capacidade de digerir lactose quando adultos. É uma tentativa racista para se embasar em “ciência” para diferenciar e justificar a “raça branca”. Mas como já provado e explicado por toda ciência: Não há evidência genética para apoiar qualquer ideologia racista. O que há, é na verdade, um governo tosco e motivado pelo ódio (Nemer, 2020).

O ato do copo de leite como reflexo e refração eugenista não é novo e já apareceu, inclusive, em obras estéticas, como o romance (1962) de Burgess (2019) e o filme *Laranja Mecânica*, de Kubrick (1971), em que um grupo de amigos integra uma gangue supremacista britânica e aparece, de branco, com um copo de leite cada (primeiro fotograma da Fig. 5) antes de sair para cometer atos de violência extremos contra pessoas vulneráveis (batem em moradores de rua e estupram mulheres).



Figura 5: Fotogramas de cenas de filmes com o leite como símbolo supremacista
Fonte: *Laranja Mecânica* (1971), *Bastardos Inglórios* (2009), *Mad Max: Estrada da Fúria* (2015) e *Corra!* (2017), respectivamente

Na cena inicial de *Laranja Mecânica* (1971), a gangue toma leite (primeiro fotograma da Fig. 5), Alex, o protagonista, afirma que o leite “aguça os sentidos e deixa você pronto para um pouco da velha ultra violência” (o que pode remeter a uma prática conhecida nazista). Nos anos 60 (romance) e 70 (filme), a simbologia da supremacia branca como superior, dona de tudo, acima de todos (para lembrarmos o *slogan* de Bolsonaro), marcada pelo copo de leite como elemento que abre os rituais de violência, já aparecia como ato da voz de um grupo eugenista e permanece ao longo da história.

Nos últimos 11 anos, o uso do copo de leite antes ou durante rituais de violência contra sujeitos ou grupos considerados inimigos mais “fracos” a serem escravizados ou exterminados, relacionado à supremacia branca, tem se intensificado, ainda, que desde o diário de Hitler, esse símbolo já apareça como uma forma de atestar geneticamente a “superioridade” branca sobre as demais raças. Alguns exemplos são, entre outros:

1. *Bastardos Inglórios* (2009) – segundo fotograma da sequência (Fig. 5) – , em que o temido coronel da SS (organização paramilitar ligada ao partido comunista – a milícia de Hitler) Hans Landa, conhecido como “caçador de judeus”, pede um copo de leite na casa da família que aterroriza com ameaças, em alusão à relação hierárquica de poder entre ele (superior, caucasiano – branco e loiro – militar) e a família (vulnerável, judia);

2. *Mad Max: Estrada da Fúria* (2015) – terceiro fotograma da sequência (Fig. 5) – , os guerreiros coletam leite materno das mulheres escravizadas (várias negras, tornadas, de certa forma, amas de leite) e bebem para ficarem mais “fortes”, assim como “sensibiliza” Max, o protagonista, depois de lavar o rosto com leite materno; e

3. *Corra!* (2017) – quarto e último fotograma da sequência (Fig. 5) – , que denuncia a caçada de um grupo de médicos supremacistas brancos a negros, ao utilizá-los como experimentos científicos e, por meio destes, escraviza-los ao torna-los robôs por meio de hipnose. A trama se centra na filha, Rose, branca, loira, sempre vestida com um suéter branco (que remete à roupa de Alex) e consumidora voraz de leite puro, que namora um negro, Chris. No início do filme, ao escolher quem seria a vítima de seu jogo de sedução, Rose come cereal separado do leite, que se encontra ao lado, numa metáfora separatista, pois a supremacista separa o leite puro e branco do cereal “de cor”/colorido (*Fruit Loops*). Depois, ela assiste, com frieza e apatia, ao namorado ser hipnotizado pela mãe e passar por um “tratamento” (o que também remete a Alex, em *Laranja Mecânica*) de apagamento da memória. A família, tradicional, externaliza seu racismo estrutural oculto ao “reprogramar”, perseguir ou exterminar os negros, além de expressarem asserções sobre cor, físico, virilidade ou transformações sociais, como “preto está na moda”, “votou em Obama”, “admiro Tiger Woods”, entre outras. Não coincidentemente, *Corra!* (2017) foi produzido no período pós-Obama e pré-Trump, em que o grupo supremacista “Alt-Right” ganhou visibilidade pelo apoio à candidatura de Trump (e, depois, obteve força no início de seu Governo. Governo que Bolsonaro, de certa forma, imita em sua prática político-social-ideológica). No início de junho, pouco depois de uma manifestação contra o STF na Avenida Paulista, em São Paulo, em que um grupo mostrou, junto com a bandeira do Brasil, a do grupo ucraniano de extrema direita e supremacista chamado Pravi Sektor (Setor Direito), Bolsonaaro postou um vídeo no *Twitter* com uma frase atribuída a Mussolini: “É melhor um dia como leão do que cem como ovelha”. A mesma frase já havia sido usada por Trump e essa é apenas mais uma dentre tantas manifestações de fomentação neonazifascista do Presidente do Brasil em menos de dois anos de Governo.

A popularidade de Bolsonaro e a aposta nele ocorre, marcadamente, desde as eleições de 2018. Quando foi para o segundo turno, segundo a ONG Safernet, o número de novas páginas neonazistas em redes sociais e *sites* no Brasil chegou a 441 (ante 89 em setembro), um marco histórico. A sua vitória foi comemorada no fórum de ódio

conhecido como *StormFront*¹⁸. O tópico de discussão, no dia, intitulado “Bolsonaro wins Brazil” (Bolsonaro ganha o Brasil) teve mais de 7.000 visualizações. Num momento histórico de nova ascensão da extrema direita no mundo, Bolsonaro foi/é a escolha dos supremacistas na América Latina. “Todos os movimentos [neonazistas] apostaram no bolsonarismo (...) [em] uma direita totalmente radical, ultra total, e ele está namorando com isso”. Um dos flertes de Bolsonaro que encanta os supremacistas se refere à questão racial (a negação e o extermínio com a política de ações afirmativas – as cotas) e isso exemplifica o que a antropóloga Dias (apud Alessi e Hofmeister, 2020) denomina as duas fases do discurso racista: a primeira, explícita, voltada aos neonazistas convictos, de extermínio de negros, judeus e homossexuais; a segunda, mais implícita, não trata abertamente da supremacia branca, ainda que atue dessa forma. Bolsonaro age dessa segunda maneira, com momentos de flerte com a primeira forma, em declarações rompantes. O que preocupa, segundo Dias, é o efeito dos atos discursivos do Presidente na população, pois “Há os nazistas [já convictos] e os que estão sendo nazificados por uma narrativa que vai penetrando na sociedade também pela voz do presidente”, o que, para os supremacistas da *StormFront* é claro, uma vez que definem Bolsonaro como “um nazista disfarçado. Atualmente ninguém pode ser nazi abertamente, então ele escolheu espalhar a supremacia branca através do engodo e da dissimulação, como todos os políticos fazem”. Nemer (2020) explica que

Bolsonaro faz a política do apito de cachorro [do termo em inglês *dog whistle politics*]: usa uma linguagem codificada que parece significar uma coisa para a população em geral, mas tem significado específico para o subgrupo que ele pretende atingir. Esse subgrupo entende a mensagem e se empodera e por mais que esse grupo de extrema direita seja a minoria na sociedade, colabora para a radicalização da base bolsonarista, que está menor, mais radical (Nemer, 2020).

A ideologia supremacista do signo “copo de leite” ocorre há anos nos Estados Unidos (como mostrado na figura 4 – foto do lado direito), no início de rituais “Alt Right”. Com o ressurgimento de movimentos extremistas nazistas, como o Ku Klux Klan (KKK)¹⁹, a discussão sobre a simbologia do leite entrou em pauta. Contudo, esse signo ideológico tem origens mais antigas (por volta de 100 anos atrás).

¹⁸ Site que usa o bordão *White Pride World Wide* (Orgulho Branco em Todo o Mundo), fundado por Don Black, ex-integrante da Ku Klux Klan.

¹⁹ Segundo Robert e Rosen (1997, p. 267), Ku Klux Klan (também conhecida como KKK) é a designação da junção de três movimentos de extrema direita eugenistas estadunidenses existentes em momentos diferentes. O primeiro clã, extremamente violento com os afro-americanos, surgiu em 1860, como

De acordo com Malva (2020), em 1920, o Conselho Nacional de Laticínios dos EUA distribuiu um panfleto à população que afirmava, categoricamente, que pessoas que consomem mais leite “são progressivas na ciência e em todas as atividades do intelecto humano”. Em 1933, a História da Agricultura do Estado de Nova York declarou que “de todas as raças, os arianos parecem ter sido os bebedores mais pesados de leite e os maiores usuários de manteiga e queijo”. Para o órgão, isso tem ligação direta com o “rápido e alto desenvolvimento dessa divisão de seres humanos”, dada a tolerância à lactose dessa raça em sua vida adulta.

O ato do uso do signo ideológico do copo de leite, relacionado a uma prática social supremacista, tem sido apropriado por grupos de apoiadores extremistas do Presidente, mas não é a única marca que se refere ao branqueamento como “pureza da raça”. O grupo bolsonarista (Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Abraham Weintraub, por exemplo) utilizou muitas vezes efeitos *ShockWave/FashWave* em suas fotos, tanto em época de campanha quanto no início do Governo, para embranquecerem suas imagens e se passarem por “nórdicos”. Da mesma forma, já foi motivo de discussão a tatuagem de Sara Winter da suástica transformada em flor. Essas são apenas algumas ilustrações de elementos simbólicos que refletem e refratam, de forma aparentemente sutil, a *pravda* do ideário e da prática política governamental bolsonarista.

Bolsonaro, ao ser indagado sobre esse ritual do copo de leite, afirmou que se tratava do “Desafio do Leite”, criado pela Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), como forma de incentivar o consumo e ajudar os produtores e a economia, por isso, a *live* que fez. Porém, há ligação entre grupos extremistas apoiadores do Governo, especificamente neonazifascistas, que acreditam em sua “superioridade”, como o Presidente já se autodescreveu: loiro, de olhos azuis, “atleta”, descendente de europeu (italiano, no caso), com o que acredita ser uma genética “melhor”, com discursos de promessas de extermínio de negros (e) pobres (entendidos como bandidos

“justiceiro” à supremacia branca e terrorista cristão. Seus membros produziam suas vestimentas (roupões coloridos, máscaras e chapéus cônicos), projetadas para causar medo e esconder suas identidades. O clã foi extinto em 1870, graças à aplicação de uma lei federal. O segundo, surgiu em 1915 e atupou em todo o país os anos 20, com a propagação de: nacionalismo branco, anticatolicismo, antijudaísmo e antissemitismo. O uniforme do grupo era todo branco e utilizava um código linguístico específico para se comunicar e identificar, além de realizar rituais de queima de cruzes e de desfiles em massa pelas ruas. Esse clã foi extinto em 1944, próximo ao término da segunda Guerra Mundial (GM). O terceiro, apareceu em 1946, logo após a finalização da segunda GM e permanece ativo até hoje. Esse clã se opõe aos direitos civis com o uso de violência (é, por isso, considerado um grupo de ódio) e prega o anticomunismo, a homofobia, o neonazismo e a antimiscigenação, em defesa da “moralidade cristã”. O objetivo que une todos esses clãs é a defesa da supremacia branca, do nacionalismo branco, da anti-imigração e do antissemitismo para a “purificação” da nação.

que deveriam morrer ou ir para a prisão), em prol do armamento, fundado em violência e submissão (de mulheres, indígenas, comunidade LGBTQIA+, entre outros). Além disso, conforme estudiosos, como Freeman (apud Malva, 2020), essa também é uma tática eugenista, pois, segundo a autora, a indústria estadunidense aproveita diferenças raciais para estimular o consumo de leite e seus derivados nas elites norte-americanas. Assim sendo, mais uma vez, o que vemos com o ato da *pravda* de Bolsonaro e seu clã é a imitação colonialista de uma prática separatista neonazifascista existente nos Estados Unidos. E, de acordo com Freeman (apud Malva, 2020), ao estudar esses atos na sociedade estadunidense, afirma que “tanto os supremacistas brancos quanto a política federal de alimentos nos Estados Unidos estão oprimindo através do leite”, pois, como muitos estudos apontam, vários adultos não digerem bem o leite, enquanto a população branca consome a bebida com maior facilidade.

Precisamos, entretanto, esclarecer que, enquanto estudos do passado indicam uma relação intrínseca entre o consumo de leite e uma inteligência superior, estudos modernos contestam a ideia. Pesquisas como as de Chan e Kroenke (apud Malva, 2020) vinculam o consumo de laticínios a diversos problemas de saúde (câncer e doenças cardíacas, por exemplo). Para Nelson (apud Malva, 2020), “não há evidências genéticas para apoiar nenhuma ideologia racista”. Mesmo assim (sem fundamento científico comprovado), supremacistas brancos marcam seus posicionamentos axiológicos com o ato do uso do signo ideológico do copo de leite em suas redes sociais, assim como apoiadores do movimento tomam galões do líquido branco como sua *pravda* em cenas violentas de protestos neonazistas. Logo, o Chefe da nação iniciar uma *live* política tomando leite, numa celebração festiva, mesmo que seja por aceitação de um desafio para o estímulo do consumo do leite, tem suas raízes dialógicas em seu ato ético, voltado a uma gama de apoiadores, com os quais identifica sua política governamental.

Um último exemplo, apenas para mostrar o quanto as práticas neonazifascistas eugenistas têm aflorado de maneira expressiva e significativa no Governo, como plano político de Bolsonaro, é a divulgação de uma campanha produzida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), ligada à Secretaria Especial de Cultura, que se encontra atrelada ao Ministério do Turismo, anunciada pelo Presidente da Fundação, Sérgio Camargo²⁰. A campanha foi lançada, no mesmo dia em que Bolsonaro gravou sua *live*

²⁰ Sérgio Camargo é negro, autodeclarado “de direita, nacionalista, não vitimista” e já esteve envolvido com diversas polêmicas desde que assumiu a FCP, dentre elas: a declaração de que a escravidão foi “benéfica para os descendentes”, a defesa da extinção do movimento e do feriado da Consciência Negra.

tomando leite (29/05/2020), em meio a manifestações antirracistas nos Estados Unidos, com um “selo de garantia” de “proteção” a pessoas acusadas por esse crime (racismo). O selo apresenta a expressão “Palmares assegura: não é racista!” (Fig. 6):



Figura 6: Selo “não racista”/racista
Fonte: *Twitter* Sérgio Camargo.

A FCP foi criada com o objetivo de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Todavia, a finalidade da campanha lançada é, nas palavras de Sérgio Camargo nas redes sociais, exatamente oposta: “restaurar a reputação de pessoas que injusta e criminosamente foram tachadas de racistas em campanhas de difamação e de execração pública promovidas especialmente pela esquerda vitimista, com o apoio da mídia, artistas e intelectuais”. O Ministério Público investiga se o Presidente da Fundação, com esse ato, está ou não, com utilização de verba pública, desviando a função da FCP ao estimular práticas racistas, colocando a população negra em situação de maior vulnerabilidade ainda, a ataques discriminatórios e demais violências já vivenciadas. O formato do “selo anti racista”/racista, circular, também é significativo, pois, da maneira como focalizado (de frente), lembra muito imagens utilizadas em campanhas institucionais governamentais de preservativos, o que pode remeter também a “brincadeiras”, agressões, assédios e demais abusos sexuais, bem como a controle de natalidade, uma vez que o preservativo previne IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e também é um método contraceptivo.

A campanha causou comoção em entidades, associações e coletivos do movimento negro que, em resposta, utilizaram a primeira versão do selo (em que a inscrição verbal “Palmares assegura” foi substituída por “Palmares garante”, assim como os dois pontos foram trocados por vírgula. A exclamação no final, para enfatizar a entoação verbivocal que marca a valoração, permanece nas duas versões), em protesto à significação racista da campanha. Além de assinalar o “não” com um “X” vermelho para marcar a voz de repúdio que inverte vítimas em algozes, alterou o fundo do selo

(de branco para preto). Essas mudanças e permanências, marcam as vozes sociais, com suas respectivas valorações responsivas e responsáveis, assim como tonalidades emotivo-volitivas, em atos éticos pró e contra grupos distintos (brancos e negros).

Os exemplos demonstram o quanto a eugenia, historicamente fundada em práticas totalitárias caóticas, como o fascismo italiano e o holocausto nazista alemão, está na base do governo brasileiro e em plena ascensão no mundo. Ao perguntarmos-nos como, depois das desastrosas experiências vividas, essas práticas e atos conseguem angariar tantos adeptos, lembramos de uma fala de Mussolini (*Youtube*, 2012), quando perguntado sobre a criação do fascismo: “Eu não criei o fascismo, eu o tirei do inconsciente dos italianos. Se não fosse assim, não teriam me seguido por vinte anos”²¹. Num paralelo, Malvezzi (2020) afirma que “Bolsonaro não inventou o bolsonarismo, ele apenas o extraiu do inconsciente do povo brasileiro. Esse é o nosso abismo”.

Hobsbawm e Santarrita (1995), ao contextualizarem o período entre guerras, marcado pela emergência e ascensão ao poder de movimentos da esquerda radical nos países europeus e declínio das instituições da democracia liberal, da qual são materializações o fascismo italiano e o nazismo alemão, descrevem um processo de democratização da guerra, em que a sociedade civil configura-se como ponto estratégico para a “demonização” dos adversários e inimigos. No contexto de colapso econômico (com insatisfação dos países derrotados do Eixo – como a Alemanha, “perigo” representado pelo leninismo, pela possibilidade de uma revolução social e operária, de xenofobia e de racismo – ressentimento nacionalista frente às migrações em massa catapultadas pelas transformações das cidades pelo capitalismo), o fascismo alicerçou-se na mobilização das massas (de baixo para cima), como um chamamento aos sujeitos que se consideravam “vítimas” da sociedade. Com uma retórica caracterizada por um “tomar as ruas” (que nos remete ao movimento “Vem pra rua”, de 2013), o fascismo foi marcado pelo nacionalismo e pelo anticomunismo, por uma “desconfiança” da cultura moderna, com ênfase em valores tradicionais, a partir de um apelo a uma transformação social, em contraposição à liberdade intelectual.

Os historiadores destacam a ascensão fascista ao poder pelas vias constitucionais, aliada com o poder supremo, do qual era detentor o líder populista. No âmbito de uma ordem que visava a eliminação dos “inimigos” (oponentes ao governo, comunistas, estrangeiros, etnias etc), a ideia de um “super-homem” foi posta em prática pelo

²¹ Em italiano, disponível no *Youtube* desde 2012: “Io non ho creato il fascismo, l'ho tratto dall'inconscio degli italiani. Se non fosse stato così, non mi avrebbero seguito per venti anni” (Tradução nossa).

nazismo com o apoio da ciência eugênica: “[...] mais precisamente do ramo da genética aplicada (eugenia) que sonhava em criar uma super-raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes” (Hobsbawm e Santarrita, 1995, p. 98).

Antes mesmo de sua chegada ao poder como presidente da república, Jair Bolsonaro era conhecido em sua vida pública política por seus posicionamentos e declarações preconceituosos e intolerantes, marcados por valores racistas, LGBTQIA+ fóbicos, machistas e xenofóbicos, bem como por sua postura ideológica autoritária, dos quais são exemplos a sua exaltação e enaltecimento aos tempos da ditadura militar brasileira (dizendo a todos – como em entrevista no *Roda Vida*, por exemplo – que seu “herói” é o mais temido torturador do regime, o coronel Brillhante Ustra) e a concordância com suas práticas coercitivas (como a tortura).

Sua plataforma política e de mobilização de eleitores foi e ainda é caracterizada pelo nacionalismo (as cores da bandeira²² brasileira tornam-se seu signo mais expressivo, como analisou Paula e Oliveira, 2019, 2020), a instrumentalização e apelo aos adeptos das religiões de matriz judaico-cristã (representada pela parcela neopentecostal evangélica), materializada pelo/no *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Com um projeto político pautado por valores conservadores e tradicionais (“defesa da família” e do “cidadão de bem”), combate à criminalidade (com a defesa do armamento da população) e à corrupção, forte oposição e rejeição à esquerda (partidos, figuras políticas, militantes, intelectuais, artistas), o discurso bolsonarista ganhou força pela promessa de uma transformação (a “nova era”, como dito pela ministra Damares) e suas (velhas) práticas políticas têm sido caracterizadas pela crescente desvalorização da ciência e da educação (professores, intelectuais e cientistas – especialmente das Humanidades), ameaças a direitos garantidos (como a previdência social, a “carteira de trabalho verde e amarela”, entre outros), apoio a golpes e movimentos antidemocráticos (contra o próprio Congresso e o STF, caso do “300 pelo Brasil”, de inspiração fascista ucraniana), ataques a veículos de imprensa e jornalistas, produção e difusão de *fake news* (prática em voga desde o período eleitoral – em processo de investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito – a “CPMI das *Fake News*”), negligência no gerenciamento de crises (ambientais, de direitos

²² A cores verde e amarelo, a bandeira nacional e a camisa da CBF da seleção brasileira, símbolos nacionais de todos, foram apropriados como restritos ao bolsonarismo. Assim como o vermelho passou a ser execrado e até caiu em desuso, pois atribuído a “comunistas” e o comunismo, narrado como monstruoso e não brasileiro. O nacional passou a ser restrito a um grupo e perdeu, de certa forma, o *status* global de unidade que congrega toda a nação.

humanos, da saúde, econômica etc), bem como, em voga desde as eleições de 2018, estímulo e legitimação (por suas declarações e atos) de violência (física e simbólica) e ódio por parte de seus seguidores, voltados aos “inimigos”, aos moldes de “bruxas” a serem caçadas/queimadas.

Em vários de seus posicionamentos públicos, Bolsonaro defendeu um Estado aliado aos interesses de uma “maioria” específica: o empresariado corporativo e seu eleitorado cristão (religião majoritária no Brasil), como expresso em um encontro com seus apoiadores, em 2017 (*Carta Capital*, 2018): “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. O pronome “nós” (inclusivo), depreendido pelo uso dos verbos “somos” e “vamos”, expressa apelo e mobilização da massa que compõe seus interlocutores-apoiadores (cristãos), e as “minorias” figuram como “eles” (os “outros” excluídos do enunciado como objetos), o que consolida um sentido de separação “nós-eles”. O “Estado laico”, preceito da Constituição brasileira, é valorado como “historinha” (por um diminutivo pejorativo). A “maioria” (nós – o grupo de Bolsonaro) domina uma “minorias” (que caracteriza a maioria da população brasileira, miscigenada), que deve ser servil (“escravizada” – “se adequam”) ou exterminada (“desaparecem”). Outro discurso separatista de supremacia eugenista.

Bolsonaro defende que seus opositores (“eles”) sejam “banidos” do país, a partir de uma “faxina”: “Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” (*Istoé*, 2018). A fala, realizada no período eleitoral de 2018, também dirigida aos seus apoiadores, faz referência aos seus opositores (em especial ao candidato do Partido dos Trabalhadores e à esquerda brasileira como um todo – “marginais vermelhos”) e revela novamente uma relação de separação “nós-eles” hierárquico. A esquerda de um modo geral é referenciada como “essa turma” e “marginais vermelhos”, sendo que o “vermelho” contrapõe-se com o verde e amarelo que caracteriza os eleitores de Bolsonaro (como estudado por Paula e Oliveira, 2019 e 2020), bem como a identidade visual de sua campanha eleitoral. O separatismo e a política de extermínio (marcada pelo alternativo sem escapatória: “Ou vão pra fora ou vão para a cadeia”) são expressas como promessas de campanha, assim como a supremacia de uns (“nós”) sobre outros (“eles”, “sob a lei de todos nós”).

Ainda sobre os sentidos de uma limpeza ou “faxina” (a higienização eugenista), em um encontro em Rio Branco (Acre), em 2018, ao dirigir-se para seus apoiadores, o então candidato Jair Bolsonaro falou de “fuzilar a petralhada” (“petralha” como um dos signos primordiais para ofender quaisquer sujeitos que sejam contrários às suas ideias, ainda que não sejam parte do espectro político da esquerda, bem como a palavra “esquerdista”): “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá” (*Carta Capital*, 2018). Novamente nesse pronunciamento, há a emergência do signo “essa turma” (o “eles” dos sujeitos da enunciação) com o mesmo sentido de criminalidade (“picaretas”). O “lá” em referência ao país Venezuela se inscreve na esteira de outros signos, em especial o do país “Cuba” (signo máximo de representação do comunismo para os movimentos da direita brasileira), o que também relaciona-se com um dizer cristalizado utilizado pelos apoiadores do discurso de ódio aos opositores de Bolsonaro: “Vá pra Cuba!”. Em uma relação dialógica, o banimento dos que pensam diferente inclui “cadeia” (criminalização), exílio (“pra fora”, “Venezuela”), extermínio (“fuzilar”). Aliás, esses signos ideológicos constituem o *ethos* de Bolsonaro, que também declarou, em diversas ocasiões e canais, que “o erro da Ditadura foi torturar e não matar”. Favorável à tortura e ao extermínio, não é coincidência que o gesto que o caracterizou durante toda a campanha foi o de arma com as mãos. O armamento e a morte foram os carros-chefes de sua plataforma de governo.

A criminalização da esquerda, alicerçada pelo sentimento de ódio antipetista foi/é uma das bases do bolsonarismo, pois a “faxina”, de modo geral, refere-se à retirada do PT do governo para essa voz social, uma vez que o PT é o partido valorado como “culpado” por todas as crises nacionais. Esse é um dos braços do ódio ao “outro”, da intolerância com as diferenças. Ao longo de sua vida política, muitos são os posicionamentos de Bolsonaro que revelam sua intransigência com populações minoritárias [como os grupos LGBTQIA+, grupos étnicos não-brancos (negros e indígenas, nordestinos, por exemplo), mulheres e refugiados]. Em 2015, em entrevista ao *Jornal Opção*, Bolsonaro se referiu a imigrantes e refugiados como “escória do mundo”: “[...] marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo e, agora, estão chegando os sírios também. A escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problemas demais para resolver” (Azevedo, 2015). A emergência dos signos ideológicos “marginais” e “escória” revela sua eugenia racial e social, uma vez que inclui o “MST” aos imigrantes.

No bolsonarismo, o “outro” é criminalizado e colocado como inimigo a ser combatido, o que perpassa diferenças raciais (lembrando que a maior parte das pessoas encarceradas são negras e pobres), religiosas, de nacionalidade, classe, gênero (por seus posicionamentos machistas-misóginos), de orientação sexual (posicionamentos LGBTQIA+fóbicos), como índices da diferença relacionados a valores éticos: como quando Bolsonaro relacionou a homossexualidade como aliada a práticas de prostituição e uso de drogas (*Carta Capital*, 2018). Seu discurso reflete e refrata uma “desumanização” do outro, o que corrobora com uma visão racista “animalizante” de populações não-brancas. Em ocasião de uma palestra que proferiu no Clube Hebraica, em 2017, Bolsonaro descreveu sua visita a uma comunidade quilombola: “O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriação servem mais”. Em 2008, disse que o indígena Jacinaldo Barbosa “[...] devia ir comer um capim ali fora para manter as suas origens” (*Carta Capital*, 2018). O “outro” é um não-humano, o que fica explícito pela mobilização dos signos (ideológicos) “aroba”, “procriação”, “capim” e, no caso da fala acerca da comunidade quilombola, uma visão utilitária dos sujeitos (vistos como objetos descartáveis), o que se evidencia pelas expressões “Não fazem nada!” e “nem (...) servem mais”. Serventia escravista, animalizada e objetificada. Nada mais supremacista.

Considerações finais: necropolítica de rebanho, prática social de “seleção natural”

Como analisado ao longo deste artigo, a partir dos juízos de valores materializados pelos posicionamentos enunciativos de Bolsonaro, em seus pronunciamentos e declarações, a práxis política de seu governo é marcada pelo ideário eugenista do controle social, racial e genérico, calcada na crença em uma superioridade (sua e dos grupos com o quais compartilha valores ideológicos – os supremacistas, os religiosos, os banqueiros, os armamentistas, os ruralistas e o empresariado).

Em meio à crise da saúde brasileira, acarretada pela pandemia mundial do coronavírus, o Presidente utilizou a palavra “gripezinha” (ao mesmo modo de “historinha” em referência ao Estado laico) para menosprezar a covid-19 e ressaltar que não seria acometido pela doença devido ao seu “histórico de atleta”. No mesmo pronunciamento acerca da pandemia, Bolsonaro enfatizou que o grupo de risco se restringia aos sujeitos idosos, com idade acima de 60 anos (*Carta Capital*, 2018) e que

70% da população iria ser contagiada pelo tal “resfriadinho” e muitas pessoas iriam morrer. Ao se posicionar contra o isolamento social e a favor da “imunidade de rebanho”, preocupado, junto com o Ministro da Economia, Paulo Guedes²³, com os “CNPJ”, metaforizados, em visita ao STF, como em “estado grave”, “na UTI”, em detrimento dos “CPF”, Bolsonaro revelou total menosprezo pela vida humana.

Zuker (2020) analisa o quanto o vírus da covid-19 é aliado de Bolsonaro e, por isso, a falta de medidas sanitárias. Para o projeto de extermínio prometido como ato de sua *pravda* governamental, nada melhor que um vírus para “naturalizar” a eugenia camuflada (mas nem tanto) em seu discurso, pois “seleção natural” de um ato social, uma prática política e econômica. Afinal, corpos vivos de sujeitos vistos como “despesas” (à previdência, por exemplo), mortos são mais “úteis” à nação, pois a poupam do martírio de sustentá-los com políticas públicas (previdenciária, de saúde, entre outras) inclusivas, respeitosas e dignas. Enquanto, no início, a covid-19 contagiava a classe mais alta que, fora do país, viu-se desesperada, o Governo se preocupou e até criou algumas estratégias de auxílio mínimo. Quando a curva da pandemia se tornou cada vez mais alarmante e atingiu a camada mais baixa da população, cada vez mais, Bolsonaro, alinhado com os grandes empresários e banqueiros, menosprezou a pandemia e estimulou a ruptura do isolamento, forçando, por falta de auxílio, a população a ir para as ruas, com promessa de tratamento e cura com hidroxicloroquina (medicação comprovadamente ineficaz e perigosa) e adepto da imunidade de manada, responsabilizando Governadores, Prefeitos e o STF pela crise econômica vivida por total falta de administração do Governo Federal. Conforme o jornalista e antropólogo,

A necropolítica bolsonariana está calcada em violências cometidas no passado. É esta a forma que o presidente elencou para travar uma guerra contra todos que com ele não concordem, imediatamente transformados em inimigos. Bolsonaro emerge como um presidente-torturador. Um presidente que encontra na tortura uma forma de criar um novo mundo. Torturar toda uma população para que o país adquira a forma que ele anseia em poder apreciar (...). Ao reativar a tortura, Bolsonaro ambiciona sequestrar o próprio tempo, recusando a elaboração de traumas sociais – ainda que tímidos e incompletos. Elaboraões coletivas, como aquelas pretendidas pela Comissão Nacional da Verdade, estão na origem dos sentimentos que

²³ Keynes, um líder economista que influenciou a reconstrução, tanto inglesa quanto norte-americana, foi um inspirador de Hitler e “simpatizante” do nazismo. Seu plano econômico foi eficaz, mas a preço de muitas vidas na Alemanha e no mundo todo. Assim como Keynes era um nazista, Hitler era um keyniano e ambos estão na base econômica de Guedes (Keynes, citado pelo Ministro da Economia na reunião ministerial de 22/04/2020), que sustenta a política eugenista bolsonarista, governo que opta por ganhar dinheiro e poder ao invés de poupar vidas e cuidar da população, utilizando a falácia do nacionalismo, da supremacia, da imunidade de manada e do criacionismo como pretexto.

alçaram Bolsonaro ao poder. Daí a politização do vírus por parte do presidente. Bolsonaro encontra nele um comparsa de tortura destrutivo e relativamente anônimo – como deve ser um bom auxiliar que infringe dor no corpo alheio. O vírus é utilizado pelo presidente em sua estratégia de terra arrasada. O confisco do tempo permite o retorno do passado da tortura. Hoje, ele toma forma como abate, um abate geral de corpos (Zuker, 2020).

Em 2019, Bolsonaro defendeu que “pessoas que têm mais cultura têm menos filhos” e destacou a si mesmo como “exceção” (*Carta Capital*, 2018), bem como, em 2018, como presidenciável, expressou interesse em propostas de políticas de controle da natalidade e planejamento familiar (voltadas às populações mais pobres), como já mencionamos, o que, segundo Maia (2019), revela sua visão eugênica.

Castro (2020), ao se referir à “receita de Mussolini”, afirma que

O fascista é nacionalista. Acredita numa conspiração global contra os valores e riquezas de seu país. Por isso, e por não confiar no mercado, que é internacionalista, apoia uma pesada intervenção do Estado na economia. Combate ferozmente os políticos e juristas, para eles um bando de corruptos, exceto os que servem ao seu líder —este sempre um político e/ou militar carismático, com um discurso "patriota", messiânico, moralizante e escorado em valores imprecisos, como "Deus" e "família". Os que não seguem tais linhas são comunistas.

O fascista pratica o culto da ação e da agressão e prega o armamento do "povo" (suas falanges) contra uma hipotética ditadura. Na verdade, visa à tomada de um poder acima da lei e até do Exército – a própria ditadura. (Castro, 2020, s/p)

A partir dessa concepção e com os exemplos analisados, compreendemos o motivo dos paralelismos entre Bolsonaro, Mussolini, Hitler e Trump. A base governamental que sustenta todos esses sujeitos é a mesma: a supremacia eugênica. A maneira como cada uma das políticas se configura é diferente, pois marcadas por tempos-espacos distintos, mas os valores que se re-velam por seus atos se assemelham na prática governamental como uma necropolítica que se calca numa aparente “seleção natural”, mas se constitui como darwinismo social supremacista.

Lago (2020), ao refletir sobre a relação entre Bolsonaro e o que denomina como “brasileiro médio”, demonstra o quanto a eugenia sustenta (não apenas em forma de apoio, mas também por meio dos atos cotidianos praticados) arqueológica e arquetipicamente o imaginário de nosso país. Marco (2020) representa essa eugenia bolsonarista num *gif* (Fig. 7) que, em forma de gráfico (de pizza), vai sendo preenchido com os valores característicos não apenas do Presidente da República, mas daqueles que o sustentam, os bolsonaristas, mais, “o Jair que há em nós” (Lago, 2020).



Figura 7: Montagem a partir de dois fotogramas de um gráfico em movimento de *gif*
 Fonte: *CanalMeio*

O primeiro fotograma que compõe a figura 7 se refere à apresentação inicial da *gif* e o segundo, à última imagem, completa, do gráfico. O primeiro revela o tema tratado: “Bolsonarismo”. Aos poucos, um a um, em sentido horário, a partir de “violento”, os adjetivos que qualificam o “Bolsonarismo” aparecem, em sobreposição circular ao termo, formando um gráfico de pizza, em que cada fatia, umas mais largas ou mais estreitas que outras, caracterizam, mais, definem o “Bolsonarismo” e, por conseguinte, os sujeitos bolsonaristas e o próprio Presidente, uma vez que o termo é uma apropriação de seu nome próprio para generalizar parte do imaginário da nação. O segundo fotograma que compõe essa figura marca a pizza inteira desse “movimento” que extravasou e se encontra empoderado no Governo atual.

O gráfico-*gif* nos revela o que Castro e o próprio Mussolini já diziam: um governo não inventa nada novo e se torna líder popular por acaso. Ele, de alguma forma, acessa o inconsciente coletivo histórico que constitui todo um povo. Assim, se a eugenia sustenta o projeto de governo de Bolsonaro e ele foi legitimamente²⁴ eleito, de alguma forma, ao menos uma parcela (significativa) do país apresenta-se como eugênica. Daí, a necropolítica vivida como *pravda* (BAKHTIN, 2010) do Governo que pode nos levar a um Holocausto à brasileira.

Como já nos ensinou a história (seja do fascismo, seja do nazismo, seja da ditadura cívico-militar brasileira vivida), podemos consolidar o retrocesso e cair no abismo já conhecido por todos. Afinal, um líder não se sustenta sozinho, sem apoio. É preciso retirarmo-nos do calabouço onde nos colocamos e reinventar quem somos. Não

²⁴ Ainda que a legitimidade da eleição de 2018 esteja sendo investigada, dada a gravidade da questão das *fake News*, do uso de robôs e dos algoritmos para manipulá-la, até que nada seja considerado comprovado, permanecemos com Bolsonaro na Presidência e atestamos a veridictoriedade de sua eleição.

mais ecoar as significações eugenistas do século passado, mas construir as significações do respeito à diversidade, com amorosidade e tolerância do que queremos para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, G. 2020. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. **El País**. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html> Acesso em 24/05/2020.

ALESSI, G.; HOFMEISTER, N. 2020. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País – Brasil**. Publicado em 09/06/2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em 10/07/2020.

AZEVEDO, R. 2015. Setembro de 2015: Bolsonaro chama refugiados de “escória do mundo”. **Exame**. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>> Acesso em 12/05/2020.

BAKHTIN, M. 2010. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João, 160p.

BAKHTIN, M. 2011. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 476p.

BAKHTIN, M. 2014. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 7ª ed., 440p.

BAKHTIN, M. 2015. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 366p.

BRANCAGLIONE, M. 2014. **Digressões Libertárias sobre Renda Básica, Democracia Direta, Panarquia e Ativismo Social**. São Paulo: Clube dos Autores, 238p.

BLACK, E. 2003. **A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa.

BURGESS, A. [1962] 2019. **Laranja Mecânica**. São Paulo: Aleph, 288p.

CAMARGO, S. 2020. **Twitter**. Disponível em <https://twitter.com/sergiodireita1> Publicação e acesso em 29 de maio de 2020.

CANALMEIO. 2020. Disponível em <https://www.canalmeio.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Pizza-bolsonarista.gif?fbclid=IwAR1PmcE->

M3FzW7jhFxDdSCeJx5VUIbjxA8j-dUL4IZBS3Ba9gMSuN-dN0Ew Acesso em 24/05/2020.

CARTA CAPITAL. 2018. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>> Acesso em 13/05/2020.

CASTRO, R. 2020. Bolsonaro segue a receita de Mussolini. **Folha de S.Paulo**. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2020/05/bolsonaro-segue-a-receita-de-mussolini.shtml> Publicado em 26/04/2020. Acesso em 30/05/2020.

CORREIO BRASILIENSE. 2020. Fotografia publicada em 07/07/2020. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/07/interna_politica,870168/em-video-bolsonaro-toma-hidroxicloroquina-e-diz-que-confia-na-medicac.shtml?fbclid=IwAR2HBdaYxTqDq2v3dEX85tIDUE8BJYvBX_gvxh7j0Hc_sB4f0uVghEjROo0. Acesso em 07/07/2020.

DARWIN, C. [1859] 2014. **A origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida**. São Paulo: Martin Claret, 800p.

DIWAN, P. 2007. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 160p.

FARACO, C.A. 2009. **Linguagem e diálogo**: as ideias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 168p.

FORUM. 2019. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/noticias/memes-de-bolsonaro-e-hitler-no-barbeiro-bombam-nas-redes/>> Acesso em 13/05/2020.

GALTON, F. 1973. **Inquiries into human faculty and its development**. Nova Iorque: AMS Press, 286p.

GALTON, F. 1865. Hereditary talent and character. Part I. **Macmillan's Magazine** 12, p. 157-66. Disponível em: <http://www.galton.org/essays/1860-1869/galton-1865-her-tal-1-upgrade.pdf>. Acesso em 18/05/2020.

GOLDIM, J. R. 1998. **Eugenia**. UFRGS. Disponível em <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em 18/05/2020.

HOBBSAWM, E.; SANTARRITA, M. 1995. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 866p.

HOUAISS Online. Disponível em <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-2/html/index.php#0>. Acesso em 19/05/2020.

ISTOÉ. 2018. Bolsonaro ameaça opositores com promessa de banir do Brasil “marginais vermelhos”. Disponível em <<https://istoe.com.br/bolsonaro-ameaca-opositores-com-promessa-de-banir-do-brasil-marginais-vermelhos/>> Acesso em 10/05/2020.

JORNAL DA GLOBO. 2020. Vídeo de Roberto Alvim fez referência a discurso nazista. *Globoplay*. Exibição em 17/01/2020. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8246558/>. Acesso em 04/07/2020.

JUSTIA. 2020. Disponível em <http://supreme.justia.com/cases/federal/us/274/200/case.html#207>>. Acesso em 04/07/2020.

KANTOROWICZ, E. 1998. **Os dois corpos do Rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 552p.

KOIFMAN, F. 2012. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 446p.

KUBRICK, S. 1971. **Laranja Mecânica**. Estados Unidos: Warner Bros, 136min.

LAGO, I. 2020. **O Jair que há em nós**. Disponível em <https://ivannlago.blogspot.com/2020/02/o-jair-que-ha-em-nos.html> Publicado em 28/02/2020. Acesso em 30/05/2020.

MAIA, G. 2019. Bolsonaro diz que “pessoas que têm mais cultura têm menos filhos”. **O Globo**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-pessoas-que-tem-mais-cultura-tem-menos-filhos-23866900>> Acesso em 12/05/2020.

MALVA, P. 2020. Bebida mais do que branca: o leite como símbolo do neonazismo. **Aventuras na História**. Publicado em 01/06/2020. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/bebida-mais-do-que-branca-o-leite-como-simbolo-do-neonazismo.phtml>. Acesso em 09/07/2020.

MALVEZZI, R. 2020. De Mussolini a Bolsonaro: trabalhando com os porões da alma humana. **247**. Disponível em <https://www.brasil247.com/blog/de-mussolini-a-bolsonaro-trabalhando-com-os-poroes-da-alma-humana> Acesso em 30/05/2020.

MARCO, T. de. 2020. O Jair que há em nós. **Canal Meio**. Disponível em <https://www.canalmeio.com.br/tony-de-marco/> Publicado em 07/05/2020. Acesso em 30/05/2020.

MEDVIÉDEV, P. M. 2012. **O método formal nos estudos literários: uma introdução crítica a uma poética sociológica**. São Paulo: Contexto, 270p.

MILLER, G. 2015. **Mad Max: Estrada da Fúria**. Austrália: Kennedy Miller, 120min.

NEMER, D. 2020. **Twitter**. Disponível em <https://twitter.com/DavidNemer/status/1266429531428212737> Publicação e acesso em 29/05/2020.

PAULA, Luciane de; FIGUEIREDO, Marina Haber de; PAULA, Sandra Leila de. O Marxismo do/no Círculo. **Slovo – o Círculo de Bakhtin no contexto dos estudos discursivos**. Curitiba: Appris, 2011, p. 79-98.

PAULA, L. de. O enunciado verbivocovisual de animação – a valoração do “amor verdadeiro” Disney – uma análise de Frozen. In: **Discursividades Contemporâneas – política, corpo e diálogo**. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 287-314.

PAULA, L. de; SERNI, N. M. A vida na arte: a verbivocovisualidade do gênero filme musical. **Raído**, Dourados, v. 11, n. 25, p. 178-201, jul. 2017.

PAULA, L. de; OLIVEIRA, F. A. A de. O signo “resistência” nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil. **Entreletras** (Araguaína), v. 10, n. 2, p. 350-371, jul/dez 2019.

PAULA, L. de; OLIVEIRA, F. A. A de. A “nação” nas redes sociais e na política brasileira. **Entrepalavras**, Fortaleza, 2020 (no prelo).

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. In: **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 49, n. 2, p. 706-722, jun. 2020a.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Filosofia da Linguagem Bakhtiniana: concepção verbivocovisual. In: Revista Diálogos (RevDia), Cuiabá, 2020b (no prelo).

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Recepções do pensamento bakhtiniano no ocidente: a verbivocovisualidade no Brasil. In: BUTTURI JÚNIOR, Atílio; BARBOSA, Thiago Soares. **Campo Discursivo**. Campinas: Pontes, 2020c (no prelo).

PEELE, J. 2017. **Corra!** Estados Unidos: Universal, 103min.

PINHEIRO, M. D. 2019. A Eugenia de Bolsonaro. **Portal AZ**. Disponível em <https://www.portalaz.com.br/blogs/6/opinioao/12845/a-eugenia-de-bolsonaro>. Acesso em 13/05/2020.

PONZIO, A. 2010. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João, 176p.

ROBERT, M.; ROSEN, P. 1997. **Dictionary of antisemitism from the earliest times to the present**. Estados Unidos: Scarecrow Press.

ROCHA, S. 2020. Copo de leite: Bolsonaro usa símbolo nazista de supremacia racial em live. **Revista Fórum**. Matéria publicada em 29 de maio de 2020. Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/copo-de-leite-bolsonaro-usa-simbolo-nazista-de-supremacia-racial-em-live/?fbclid=IwAR1MoiBLvFQ3Wq2iiZtSe3NYTJWtN6BRsTN1oaHzP-dNVBPjYmdLWTraea8> Acesso em 29/05/2020.

SAFFIOTI, H. I. B. 1987. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 120p.

STANTON, P. L.; JACKSON, S. 2017. Eugenia: como movimento para criar seres humanos “melhores” nos EUA influenciou Hitler. **BBC News Brasil**. Publicado em 27/04. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39625619>. Acesso em 04/07/2020.

TARANTINO, Q. **Bastardos Inglórios**. Estados Unidos: Universal, 153min.

UOL NOTÍCIAS. 2020. Fotografia publicada em 26/03/2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-diz-que-povo-nao-governo-deve-se-preocupar-com-grupos-de-risco.htm>. Acesso em 07/07/2020.

VOLOCHINOV, V. 2013. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João, 273p.

VOLÓCHINOV, V. 2017. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: 34, 376p.

VOLÓCHINOV, V. 2019. **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Rio de Janeiro: 34, 400p.

YOUTUBE. 2012. **L'ultima entrevista a Mussolini**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I9LN3kcaPFw> Acesso em 29/05/2020.

ZUKER, F. 2020. Bolsonaro usa o vírus para reinventar tortura. **Outras Palavras**. Disponível em <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/bolsonaro-usa-o-virus-para-reinventar-tortura/?fbclid=IwAR3eBEJtCp1yaoxCJJ6w7wc6ISSFce5jt6Vd3KZyZuXUWGovqUGzww68bss>. Publicado em 03/07/2020. Acesso em 08/07/2020.

Como referenciar este artigo:

PAULA, Luciane de.; LOPES, Ana Carolina Siani. A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.35, Dossiê *Discurso em tempos de pandemia*. setembro/2020, p. 35-76.